



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS DE CHAPECÓ  
CURSO DE AGRONOMIA- ÊNFASE EM AGROECOLOGIA**

**MONICA TAÍS ZAREMBSKI**

**A importância dos mercados institucionais no município de São Domingos SC:  
No âmbito dos jovens agricultores**

**CHAPECÓ - SC  
2015**

**MÔNICA TAÍS ZAREMBSKI**

**A importância dos mercados institucionais no município de São Domingos SC:  
No âmbito dos jovens agricultores**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

**CHAPECÓ - SC  
2015**

Zarembski, Monica Taís

A política do PAA no município de São Domingos SC:  
No âmbito da agricultura familiar/ Monica Taís  
Zarembski. -- 2015.

72 f.

Orientador: Dr. Valdecir José Zonin.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -  
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de  
Agronomia , Chapecó, SC, 2015.

1. Mercados Institucionais. 2. Agricultura familiar.  
3. Juventude no campo. I. Zonin, Dr. Valdecir José,  
orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III.  
Título.

**MÔNICA TAÍS ZAREMBSKI**

**A POLÍTICA DO PAA NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC:  
NO ÂMBITO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Agronomia com ênfase em agroecologia da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Valdecir José Zonin

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca examinadora em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS

---

Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS

---

Prof. Dr. Valdecir José Zonin – UFFS

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por proteger os meus caminhos nesta longa caminhada, para a concretização de mais essa etapa na minha vida.

Aos meus familiares, pai, mãe, irmã, irmão e minha avó, fonte de força e suporte, foram testemunhas de todo meu esforço ao longo desses cinco anos, mesmo estando distantes, sempre estiveram em meus pensamentos, me ensinaram a percorrer com coragem e perseverança meu caminho, e nunca desistir!

Ao meu marido Régés pelo companheirismo acima de tudo. Nunca se negou a dar apoio e atenção, sempre disponibilizando um tempo para me ouvir e contribuir no andamento desse trabalho, para que eu chegasse vitoriosa ao fim dessa jornada. Pois ninguém se faz sozinho: sempre é preciso um olhar de apoio, uma palavra de incentivo, um gesto de compreensão, uma atitude de amor. Essa vitória também é de vocês. Obrigada!

Aos amigos e colegas pela convivência nestes cinco anos, anos de muitas alegrias, muitas tristezas, troca de experiências, companheirismo, amizades, essas que levarei para a vida toda! Aos professores no geral pela dedicação, e oportunidade de construção de conhecimento, ao meu orientador Valdecir Zonin pelo apoio e confiança depositada no trabalho.

À UFFS pelo simples fato de existir, uma Universidade pública e popular que surgiu pela luta da classe trabalhadora e, que ofereceu para mim e meus colegas o acesso gratuito ao Ensino Superior.

Aos *experts* entrevistados no trabalho: Presidente da Cooper São Domingos – SC, a Secretária da prefeitura municipal de São Domingos, em especial a Silvia Baggio- Secretária da Educação e Patrícia Merlin- Nutricionista, e ao Coordenador do SINTRAF – SD e região, pela disponibilização e contribuição no decorrer do trabalho, contribuição direta para um bom entendimento na realização do trabalho.

E por fim, a todos que de uma forma ou outra colaboraram para que este trabalho fosse realizado com êxito. Agradeço a todos do fundo do meu coração. Muito Obrigada!

## RESUMO

A modernização do campo trouxe consigo diversas transformações no modo de vida e nas atividades produtivas dos agricultores, acarretando em fatores preocupantes para a sociedade, como o êxodo rural. Sendo assim, os agricultores familiares necessitam de estratégias para viabilizar a permanência dos jovens na produção de alimentos em suas propriedades. Desta forma, a agricultura familiar nos estados do sul, buscam formas para que ela seja reconhecida como produtora de alimentos visando à soberania alimentar do país, visto que enfrentam problemas com a inserção da sua produção nos mercados. Este trabalho tem por objetivo analisar a importância dos mercados institucionais no município de São Domingos - SC, que são políticas públicas de valorização internacional, nacional e regional. Tendo como tem o objetivo de garantir o acesso a alimentos de qualidade e quantidade, atendendo às populações com insegurança alimentar/nutricional e para merenda escolar, além de incentivar a economia local, principalmente dos pequenos agricultores. Desta forma, este trabalho, utiliza a metodologia de estudo de caso, com entrevistas semiestruturadas aos jovens que estão inseridos na produção de alimentos em suas propriedades, mantendo relação com a Cooper São Domingos, organização que articula a venda dos produtos. Destacam-se alguns fatores para compreender a importância do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) para a agricultura familiar do município como: os agricultores fornecedores e consumidores, a legislação, as modalidades existentes no PAA, os fatores limitantes para acessá-los e, os potenciais para o município. Com este trabalho foi possível analisar que os mercados institucionais possuem papel importante nas pequenas propriedades do município, no entanto, ainda são consideradas atividades secundárias, na complementação da renda no campo, por isso, não viabilizam a permanência da juventude somente com esta renda, sendo necessário buscar novos canais de comercialização para escoar a produção.

Palavras-chave: Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Juventude do campo.

## **ABSTRACT**

The modernization of the field brought several changes in lifestyle and in the productive activities of farmers, resulting in worrying issues for society, such as rural exodus. Therefore, farmers need strategies to enable the retention of youth in food production on their properties. Thus, family farms in the southern states, seek ways for it to be recognized as a producer of food aimed at food sovereignty of the country, as have problems with the integration of its production in the markets. This work aims to analyze the importance of institutional markets in São Domingos - SC, which are public policies of international, national and regional appreciation. With the aims of ensuring access to quality and quantity food, meeting people with food / nutrition insecurity and school meals, and encourage the local economy, especially small farmers. Thus, this paper uses the case study methodology with semi-structured interviews with young people who are placed in food production on their properties, maintaining relationship with Cooper St. Dominic, an organization that articulates the sale of products. Noteworthy are some factors to understand the importance of the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Programme (PNAE) for family farming in the city as suppliers and consumers farmers, the legislation, the arrangements existing in the PAA , the limiting factors to access them, and the potential for the municipality. This work was possible to analyze the institutional markets play an important role in small farms of the municipality, however, are still considered secondary activities, complementing the income in rural areas, so do not enable the youth stay only with this income, and necessary to seek new marketing channels to drain the production.

Keywords: Food Acquisition Program. National School Feeding Programme. Rural youth

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Rede do PAA e suas inter-relações .....	27
Figura 2: Município de São Domingos - SC .....	34
Figura 3: Fluxograma Operacional do PAA no município – Doação Simultânea.....	49
Figura 4: Merenda Escolar em escolas municipais de São Domingos – SC.....	52



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População Rural por gênero em São Domingos- SC/2015.....	40
Gráfico 2: Jovens (15 - 29 anos) Rurais e Urbanos de São Domingos - SC/2015....	41
Gráfico 3: Tamanho das propriedades .....	42
Gráfico 4: Forma de aquisição das propriedades entrevistadas.....	43
Gráfico 5: Principais atividades desenvolvidas nas propriedades .....	44
Gráfico 6: Como considera a vida no campo?.....	47
Gráfico 7: Evolução dos recursos aplicados no PAA .....	56
Gráfico 8: Como era a prestação de contas no PAA pela Cooper São Domingos? ..	56
Gráfico 9: Rendas mensais geradas pelos mercados institucionais.....	59

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Base Legal do Programa de Aquisição de Alimentos.....	25
Quadro 2: Organização metodológica do trabalho .....	35
Quadro 3: Diferença de preços de alguns produtos nos projetos 2014 PAA/PNAE ..	53
Quadro 4: Cota PAA modalidade Doação Simultânea e Cota PNAE .....	53
Quadro 5: Projeto PAA modalidade Doação Simultânea pela Cooper SD.....	55
Quadro 6: Valores dos produtos operacionalizados pela Cooperativa no PAA.....	58
Quadro 7: Dificuldades do PAA e PNAE relatadas pelos <i>experts</i> .....	60

## LISTA DE SIGLAS

ASCOOPER	Central de Cooperativas da Agricultura Familiar de Santa Catarina
CEPA	Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONSEA	Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional
CAE	Conselho de Alimentação Escolar
CPR	Cédula de Produto Rural
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
GGPAA	Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MEC	Ministério da Educação
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS .....	15
1.1.1	<b>Objetivo Geral .....</b>	<b>15</b>
1.1.2	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>15</b>
1.2	JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>17</b>
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR .....	17
2.2	JUVENTUDE DO CAMPO E A SUCESSÃO FAMILIAR .....	18
2.3	POLÍTICAS PÚBLICAS .....	20
2.4	MERCADOS INSTITUCIONAIS E SOBERANIA ALIMENTAR .....	21
2.5	CARACTERIZAÇÃO DA COOPER SÃO DOMINGOS SC.....	23
2.6	A POLÍTICA DO PAA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR .....	23
2.6.1	<b>Objetivo do PAA .....</b>	<b>23</b>
2.6.2	<b>Legislação, funcionamento, operacionalização e formação de preços no PAA.....</b>	<b>24</b>
2.7	MODALIDADES DO PAA .....	27
2.7.1	<b>Compra Direta da Agricultura Familiar .....</b>	<b>27</b>
2.7.2	<b>Formação de Estoque pela Agricultura Familiar .....</b>	<b>28</b>
2.7.3	<b>Compra para Doação Simultânea .....</b>	<b>28</b>
2.7.4	<b>Incentivo à Produção e Consumo de Leite ou PAA Leite .....</b>	<b>29</b>
2.7.5	<b>Compra Institucional.....</b>	<b>30</b>
2.8	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).....	31
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
3.1	CARATERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO.....	33
3.2	LOCAL DA PESQUISA .....	34
3.3	COLETA DE DADOS .....	34
3.4	SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS.....	38
<b>4</b>	<b>DISCUSSÃO DE RESULTADOS.....</b>	<b>39</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A JUVENTUDE DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS SC .....	39
4.1.1	<b>População rural e urbana do município de São Domingos – SC .....</b>	<b>40</b>

4.1.2	<b>Descrição das propriedades analisadas .....</b>	<b>42</b>
4.1.3	<b>Jovens agricultores familiares .....</b>	<b>45</b>
4.2	CONTEXTUALIZAÇÃO DOS PROGRAMAS PAA E PNAE NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC .....	47
4.2.1	<b>Funcionalidade do PAA em São Domingos - SC .....</b>	<b>47</b>
4.2.2	<b>Funcionalidade do PNAE em São Domingos – SC.....</b>	<b>50</b>
4.2.3	<b>Diferenças entre o PAA e PNAE na visão dos entrevistados .....</b>	<b>52</b>
4.3	DESCRIÇÃO DA COOPER SÃO DOMINGOS E SEU PAPEL EM RELAÇÃO AO PAA .....	54
4.3.1	<b>Cooperativa São Domingos – SC.....</b>	<b>54</b>
4.3.2	<b>Dados sobre a Cooper SD em relação ao mercados institucionais...56</b>	
4.4	ANÁLISE DAS RENDAS ANUAIS GERADAS AOS JOVENS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA .....	57
4.5	POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS, NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO .....	59
4.5.1	<b>Dificuldades dos mercados institucionais no município.....</b>	<b>60</b>
4.5.2	<b>Assistência técnica para os mercados institucionais.....</b>	<b>61</b>
4.5.3	<b>Potencialidades e expectativas em relação aos mercados institucionais no município .....</b>	<b>62</b>
4.6	ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS NA QUALIDADE DOS ALIMENTOS ENTREGUES AOS PAA E PNAE ... <b>Ошибка! Залка не определена.</b>	
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>65</b>

Apêndice A – QUESTIONÁRIOS AOS JOVENS AGRICULTORES

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO ÀS ORGANIZAÇÕES (*EXPERTS*)

Anexo - Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

## 1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar no Oeste Catarinense é retratada pela organização dos meios de produção e, pelo modo de vida preocupado com a sucessão familiar das pessoas que vivem no campo. Quanto à mudança do modo de vida tradicional da agricultura familiar para o moderno, nota-se uma drástica mudança nas atividades produtivas que é recorrente da modernização da agricultura, onde muitos agricultores foram forçados a acessar os pacotes tecnológicos, como consequência está presente o envelhecimento e a masculinização no campo (BADALOTTI et al. 2007).

Conforme Badalotti et al (2007), essa modernização se dá a partir dos anos 80, onde a região passa por um processo de crise social, econômica e ambiental, sendo forçados a buscar novas alternativas econômicas para viabilizarem suas propriedades. Nesse momento, surgem os movimentos de base, ligados à Igreja e ao Sindicalismo, na busca de alternativas para os pequenos agricultores familiares.

A agricultura familiar vem sendo analisada como um dos setores da economia que mais cresce na produção de alimentos, produz cerca de 70% dos alimentos consumidos no país, além de ser um fator importante na geração de riquezas, trabalho e distribuição de renda, é essencial promover a inovação e a geração de tecnologia, assim como, promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias de valor e a permanência dos jovens no campo (FAO, 2009).

Na região oeste catarinense as propriedades também são caracterizadas pela produção familiar agrícola, sendo uma classe que atua em diferentes tipos de produção de alimentos, bastante enfatizada na sustentação das atividades agroindustriais da região.

Conforme a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o Governo Federal analisando essa transformação veem direcionando algumas políticas públicas no desenvolvimento da agricultura familiar, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). O programa foi instituído pela Lei Nº 10.696, de 02 de julho de 2003, tendo como objetivo principal, assegurar o acesso aos alimentos em termos de quantidade, qualidade e regularidade a pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional e, além de ser uma importante ferramenta na

geração de renda e trabalho no campo por meio da aquisição direta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares (CONAB, 2015).

No município estudado, a compra é feita por intermédio da Cooper São Domingos, cooperativa da agricultura familiar, esta apresenta uma proposta com os produtos que irão fornecer, e indicar as entidades consumidoras. A Cooper São Domingos vem desempenhando o projeto PAA desde 2013, buscando desenvolver com seriedade e transparência. A prefeitura municipal de São Domingos presta suporte para Cooper São Domingos, na elaboração, gestão, prestação de contas e operacionalização do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O PNAE contribui para uma gestão eficiente no que diz respeito à merenda escolar, ampliando os alimentos oferecidos às crianças todos os dias, por isso, em 2013, São Domingos ficou entre os vinte e seis municípios brasileiros vencedores da 10ª edição do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar, concurso promovido pela organização não governamental Ação Fome Zero. Os alimentos são comprados diretamente dos agricultores familiares através do programa PNAE, o que contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, por meio da oferta da alimentação escolar de produtos saudáveis e frescos, direto dos agricultores familiares. Sabe-se que a Lei nº 11.947, determina que no mínimo 30% do valor repassado do estado, aos municípios através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar (FNDE, 2012).

Vale ressaltar a importância do PAA e PNAE na produção de alimentos de forma sustentável, no incremento de renda no campo, e no estímulo ao trabalho em equipe, principalmente organizados em cooperativas e associações para o desenvolvimento da agricultura familiar local. No entanto, parte-se da hipótese de que o PAA, na condição de mercado institucional, ligado à Conab não vem conseguindo servir como potencial para a inclusão produtiva de jovens do campo em pequenos municípios. No entanto, necessita-se aprimorar as políticas públicas voltadas para a viabilização e capacidade produtiva da agricultura familiar, para que seja de fato efetivo na permanência da juventude no campo.

## 1.1 OBJETIVOS

Em função do que foi descrito acima sobre a importância desse programa aos agricultores, as questões abaixo destacadas como Objetivo Geral e Objetivos Específicos vêm para responder esse relato.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar e contextualizar o Programa de Aquisição de Alimentos, suas potencialidades e limitações para a agricultura familiar e aos jovens no município de São Domingos SC.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a agricultura familiar e a juventude do campo, no município de São Domingos SC;
- Caracterizar a importância dos programas PAA e PNAE no município de São Domingos SC;
- Descrever o papel da Cooper São Domingos em relação aos mercados institucionais no município;
- Verificar as rendas anuais geradas aos jovens beneficiários fornecedores do PAA e PNAE;
- Apontar as principais potencialidades e limitações dos mercados institucionais, no âmbito deste município, e a relevância destes na permanência dos jovens no campo;

## 1.2 JUSTIFICATIVA

Como ocorre na maior parte dos estados sulistas, o município de São Domingos similarmente possui predominância da agricultura familiar, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no município estudado 6.313



de pessoas vivem no meio urbano e 3.178 pessoas vivem no meio rural. A agricultura familiar fomenta o desenvolvimento de várias atividades na produção de alimentos, contribuindo na movimentação econômica do município (IBGE, 2010).

É no aspecto sobre a influência das políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar, que se dá a justificativa para elaboração desse trabalho, com ênfase na política do PAA, que atua como fator substancial para incremento de renda no campo e diversificação da produção. Estas iniciativas proporcionam inovações tecnológicas na produção de alimentos diversificados para uma alimentação saudável aos agricultores e consumidores, além de proporcionar o desenvolvimento rural na região.

Do ponto de vista geral, os mercados institucionais, podem ser instrumento na estruturação da agricultura familiar, visto que na comercialização a renda que fica ao agricultor é maior, pois não ocorre presença dos atravessadores. Do ponto de vista prático, este trabalho se esclarece apoiado em pesquisas bibliográficas, dados obtidos a campo e entrevistas.

Procura-se analisar dados importantes como: a qualidade dos produtos entregues aos consumidores, as principais dificuldades/limitações, potenciais, funcionalidade, e outros mercados institucionais no município, além de relatar sobre a renda gerada por esse programa, se pode atuar como incentivo ao jovem permanecer no campo. É de fundamental importância o incentivo aos jovens permanecerem no campo, principalmente quando se pensa na sucessão familiar, na diversificação e produção de alimentos na agricultura familiar.

Conforme Stropasolas (2006, p. 18), cita sobre a “[...] importância da agricultura familiar como protagonista do desenvolvimento rural e a potencialidade em termos de sustentabilidade”. E o mesmo autor completa; “é fato constatado que no campo das políticas públicas, os jovens do campo não possuem um tratamento diferenciado por gênero e renda na maioria dos programas governamentais”.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 AGRICULTURA FAMILIAR

Percebe-se que a agricultura familiar é importante para o desenvolvimento rural dos municípios, segundo dados de Censo Agropecuário (2006), esta relevância representa 84,4% do total de estabelecimentos no Brasil, contudo ocupam somente 24,3% da área total. Sobre a região Sul, a agricultura familiar é representada por 84% dos estabelecimentos rurais, ocupando 37% da área da região Sul.

Mesmo com a redução de pessoas da agricultura familiar em todo o país, ela ainda é capaz de reter um maior número de ocupações. Segundo Abramovay (2000 apud BATISTA, 2012, p.15) diz: “o número total de pessoas ocupadas na agricultura familiar em 2006 é mais de duas vezes superior ao número de ocupações geradas pela construção civil”.

A Lei nº 11.326 (2006), estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar, esse dispositivo foi batizado de “Lei da Agricultura Familiar” e, seu artigo 3º define agricultor familiar e empreendedor familiar rural

“Aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar (50%) originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. (LEI Nº 11.326, 2006).

Segundo o Censo Agropecuário (2006)

A área média dos estabelecimentos familiares é de 18,3 ha, e a dos não familiares de 309,1 ha. A agricultura familiar ocupa 15,3 pessoas por 100 ha, enquanto a agricultura não familiar ocupa 1,7 pessoas por ha. Apesar de cultivar uma área menor com lavouras (17,7 milhões de ha), a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira. A agricultura familiar gera ainda um VBP de R\$ 677/ha, que é 89% superior ao gerado pela agricultura não familiar, de R\$ 358/ha. (CENSO AGROPECUÁRIO, 2006, p.20).

“Ressaltamos o valor que os agricultores têm como protagonistas da sua história e do desenvolvimento rural de suas propriedades [...]” (STROPASOLAS, 2006, p. 18). Assim, a agricultura familiar traz consigo um vínculo social, pois a família trabalha junto nas atividades produtivas, realizando desde o processo de produção até a comercialização dos seus produtos, atuando como potencial de geração de renda e emprego no campo, diferentemente da agricultura patronal.

Relacionado a importância da agricultura familiar e a condução dessas propriedades, os autores Badalotti et al (2007, p.7), descrevem que a mesma “[...] tem importância fundamental como fonte de geração de trabalho, renda e inclusão social, possibilitando a valorização e a permanência do jovem no campo”.

Neste sentido, nota-se uma revalorização do rural, isso ocorrer a partir da organização dos agricultores em meio aos sindicatos, cooperativas, associações, pois conforme declara a autora, “[...] o campo é percebido como espaço de trabalho e vida” (WANDERLEY, 2000, p.1).

## 2.2 JUVENTUDE DO CAMPO E A SUCESSÃO FAMILIAR

De acordo com Silva (2011), baseado na atual Política Nacional de Juventude (PNJ), que considera jovem, todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. Com isso, Castro (2009), mostra dados oficiais, aonde a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2004, cita que a população de 15-29 anos é de 49 milhões de pessoas representando assim 27% da população total, dessa proporção os jovens rurais representam 4,5%, em torno de 8 milhões de jovens. Mesmo sendo a "minoría", não se trata de um contingente pequeno.

Os modelos sucessórios dominantes na agricultura familiar são uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e a todo território brasileiro. O êxodo rural está atingindo hoje os jovens com mais severidade, ocasionando envelhecimento e masculinização do campo. Há um determinado tempo atrás, os jovens do meio rural obedeciam às regras de seus pais, mas hoje, os jovens se sentem atraídos pelo meio urbano com mais frequência (ABRAMOVAY, 1998).

Ainda sobre o êxodo rural, Brumer (2006), afirma que muitas pesquisas realizadas para entender os verdadeiros motivos da saída desses jovens, com

ênfase principalmente na saída das mulheres jovens do campo. Contudo, com o passar do tempo, tornou-se mais significativa às pesquisas e reivindicações sobre esse tema, embasada nos movimentos sindicais e camponeses, fomentando a origem das políticas públicas para melhor geração de renda, trabalho, educação e lazer no campo, sendo importante para o processo de socialização e inserção em atividades agrícolas. Mais segundo a autora, estas políticas contém ainda dificuldades operacionais, necessitando de melhorias.

Sobre essa problemática da saída dos jovens do campo, o “problema vem sendo analisado através de distintas perspectivas” e, relatando em vários campos acadêmicos. As pesquisas entram em acordo referente às dificuldades enfrentadas pelos jovens no campo, principalmente o acesso à escola e trabalho, e a atração do jovem pelo estilo de vida urbano (CASTRO, 2009).

Compreendendo os efeitos devastadores do êxodo rural sobre a agricultura familiar, alguns fatores tendem a provocar o esvaziamento no campo, citados por Wanderley (2000), “a precariedade das condições de acesso aos bens e serviços coletivos básicos, da escassez ou empobrecimento dos recursos naturais disponíveis, ou até mesmo na concentração dos bens e na dificuldade de acesso aos mercados”. Para esta autora, o campo pouco tem a oferecer como alternativa de ocupação e renda, quando existem, as “oportunidades” oferecidas pelas cidades, terminam por estimular a saída do campo de parcela significativa dessa população rural, especialmente de jovens (WANDERLEY, 2000).

Zago e Bordignon (2012), afirmam que o jovem do campo se confronta com diversas realidades, tanto em relação ao meio rural, associadas às condições de trabalho e de identidade na profissão, quanto urbano, enquanto possibilidades de lazer, renda regular, entre outros benefícios que avaliam poder usufruir. Os jovens que saem do campo, em sua maioria, vão a busca do ensino superior, deixando claro o intuito de melhorar suas condições de vida, com maior avanço nos mercados de trabalho. A partir das perspectivas dos autores, avalia-se que a juventude do campo tem sua identidade construída a partir da participação em espaços da agricultura familiar e a participação de jovens em movimentos sociais específicos.

Assim, os limites dados pela escassez da terra, pouco investimento na produção, educação, falta de assistência técnica, baixa renda no campo, são

aspectos relevantes para o êxodo rural. Para contrapor isso, os mercados institucionais surgiram para auxiliar o desenvolvimento da agricultura familiar, principalmente pela comercialização direta pelos agricultores, na diversificação de alimentos e incremento de renda no campo.

É necessário construir projetos, que visem incluir a juventude rural e apontem para uma nova perspectiva no campo. Visto que, “[...] juventude rural também não se apresenta como foco prioritário para as políticas públicas de juventude” (CASTRO, 2006, p.38).

### 2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS

Segundo Teixeira (2012), as políticas públicas são princípios com ação do poder público, regras para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Nesse caso, políticas formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

No decorrer dos anos 1990, o Estado brasileiro introduziu em nível de estruturação geral, novos rumos às políticas públicas, como o enfoque territorial, estimulando à participação dos beneficiários e de formas de organização coletiva dos atores sociais (HESPANHOL, 2008).

Ainda Hespanhol (2008), analisa as mudanças na concepção de políticas públicas, ressaltando que devemos analisar essas mudanças para o rural brasileiro relacionando com a história, menciona que até o final dos anos 80 essas políticas eram fortemente centralizadas pelo Estado brasileiro.

As políticas públicas são de fundamental importância para o desenvolvimento de uma região, conforme pensamento que Souza e Fonseca ([2015?]), com a falta dessas políticas, prejudicam a permanência do homem no campo, levando a saída dessa população para as grandes cidades. Logo, é necessário aprimorar essas políticas já existentes para que atenda de fato toda população rural.

Para os agricultores familiares conduzirem suas atividades agrícolas foi de extrema importância o conjunto de políticas públicas criadas nos últimos anos, voltadas às classes menos favorecidas, a política do PAA é uma importante

conquista para incentivar a agricultura familiar na comercialização de seus produtos, com visão às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

#### 2.4 MERCADOS INSTITUCIONAIS E SOBERANIA ALIMENTAR

O surgimento dos mercados institucionais se deu pelas falhas nos mercados convencionais, onde o Estado interviu com olhar as populações excluídas da sociedade. Assim, o mercado institucional atua na inclusão dos agricultores familiares, especialmente aqueles com menor poder aquisitivo, com a distribuição de alimentos de boa qualidade e quantidade, para grupos de pessoas com insegurança alimentar (SEPULCRI, 2010 apud SILVA et al, 2014).

No mercado institucional ocorre uma relação entre atores sociais e econômicos, viabilizando compras de forma direta dos agricultores familiares, realizadas pelas diversas esferas do poder público federal, estadual e municipal para atender as necessidades dos programas oficiais voltados à alimentação, para pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar, assim impulsionam o desenvolvimento rural e sustentável nos municípios (FABRICIO, 2009 apud SILVA et al, 2014).

Sobre a comercialização de produtos da agricultura familiar por meio do mercado institucional, vale salientar que é algo novo, sendo criado em 2003. Nestes, ocorre à dispensa de licitação na aquisição de produtos da agricultura familiar, e segue alguns termos: (i) os produtos deverão ser adquiridos de agricultores familiares enquadrados no PRONAF; (ii) essas aquisições devem incentivar a agricultura familiar, obter ações vinculadas à distribuição desses produtos as pessoas em situação de insegurança alimentar; (iii) para que haja a dispensa da licitação é necessário que os preços de aquisição não sejam superiores aos praticados nos mercados regionais (GUIMARÃES; SCHMITT, 2008).

Conforme Guimarães; Schmitt (2008)

No período entre 2003 e 2005, foram investidos por meio do PAA aproximadamente R\$ 735 milhões, atendendo a um universo de 240 mil famílias de agricultores familiares (atuando como fornecedores), em 25 estados da federação, e mais de sete milhões de pessoas em situação de

insegurança alimentar. Somente no ano de 2006, por meio do mecanismo de compra com doação simultânea, foram aplicados R\$ 474,85 milhões na compra de 421.525 toneladas de alimentos produzidos por 143.011 famílias de agricultores familiares, beneficiando 10,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. (GUIMARÃES; SCHMITT, 2008, p.06).

Para corroborar, os mercados institucionais atuam na geração de renda, no fortalecimento da agricultura familiar e das organizações sociais, além de estar envolvido em um contexto mais amplo de discussões, destes a pobreza rural a soberania alimentar do país. Entretanto no sistema agroalimentar imposto pelas empresas capitalistas, além de controlar o modo de produção dos agricultores, alienam em uma única cadeia de produção, logo os agricultores perdem a autonomia em suas produções.

A busca por segurança alimentar é algo primordial, sendo favorecidas pela associação com outras dimensões econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais. Este tema tem grande enfoque no mundo, relacionando o mesmo como um problema social, já que o acesso aos alimentos é um direito de toda população, não observado este fato em um mundo capitalista (MALUF, 2001).

Contudo, Maluf (2001, p.149) persiste que, “questão alimentar é um direito básico, com acesso adequado aos alimentos, contudo os subprodutos dos problemas agrícolas não se limitam às preocupações com a fome e pobreza”. Isso estabelece uma relação direta com o significado de equidade social, onde o abastecimento seguro de alimentos em qualidade e quantidade é direito básico e universal, para isso, são necessários alimentos adequados, no entanto, esse acesso se restringe ao poder de renda da população e boa produção de diversos produtos.

Assim, o padrão de desenvolvimento do país impacta na relação com equidade social, onde o padrão concentrador de renda exclui uma parte da população agravando a questão alimentar. É necessário estimular políticas que criam oportunidades de trabalho e renda no campo e nas cidades, para estimular a ampliação do acesso e disponibilidade de alimentos de qualidade, produzidos em bases equitativas e sustentáveis (MALUF, 2001).

## 2.5 CARACTERIZAÇÃO DA COOPER SÃO DOMINGOS SC

Segundo dados obtidos na Cooperativa de Produção, Comercialização e Consumo dos Agricultores Familiares de São Domingos e Região - Cooper SD (2014), a mesma foi fundada dia 27 de Julho de 2011, com atividades na comercialização de alimentos no PAA e PNAE do município de São Domingos, coleta e comercialização de leite *in-natura*, de aproximadamente 100 mil litros de leite/mês, o que garante melhores preços dos produtos aos associados, e também comercializa insumos para atividade agropecuária aos seus associados.

A cooperativa vem desempenhando o projeto PAA desde 2013. É filiada na Cooperativa Central da Agricultura Familiar ASCOOPER - a qual possui 22 cooperativas filiadas, esta tem o papel de fortalecer a negociação na comercialização de leite e, compra coletiva de insumos, elaborando projetos de captação de recursos para as cooperativas filiadas, promovendo formação no âmbito do cooperativismo e, parcerias que promovam a qualidade de vida dos associados.

## 2.6 A POLÍTICA DO PAA VOLTADA AO DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR

### 2.6.1 Objetivo do PAA

Segundo a Conab (2015), o principal objetivo do PAA é assegurar o acesso aos alimentos em termos de quantidade, qualidade e regularidade, as pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional, também aos atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição, ao mesmo tempo, gerar renda e trabalho no campo, por meio da aquisição direta de alimentos produzidos pelos agricultores do município, intuito de fortalecer a agricultura familiar.

O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos pelos agricultores familiares. Além disso, o programa promove o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, fortalecendo circuitos locais e regionais e redes de comercialização, valoriza a



biodiversidade e a produção agroecológica de alimentos, incentivando á uma alimentação saudável e estimula o cooperativismo (BRASIL, [2015?]).

Com isso, é um estímulo para os agricultores familiares diversificarem suas produções, incrementando a renda no campo, além de beneficiar também os consumidores finais, por uma alimentação de melhor qualidade.

### **2.6.2 Legislação, funcionamento, operacionalização e formação de preços no PAA**

O Programa de Aquisição de Alimentos, foi instituído pelo Art. 19 da Lei Nº 10.696, de 02 de Julho de 2003. Sendo proposto em um conjunto de ações no âmbito da política agrária e de segurança alimentar, que começou no Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, objetivando a concretização do programa Fome Zero. O Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012, regulamenta este programa (BRASIL, [2015?]).

Em relação aos beneficiários fornecedores, podem participar os beneficiários fornecedores individualmente, devendo apresentar a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP), que qualifica a família como da agricultura familiar, ou beneficiários fornecedores organizados em cooperativas, associações ou grupos de interesse informais, que é o mais desejável, necessitando estar formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado e outros documentos definidos pelo Grupo Gestor do PAA (BRASIL, 2012).

Conforme informações encontradas no Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)

A Conab dá incentivos as compras de organizações fornecedoras, e a participação de mulheres também é incentivada. Esses beneficiários podem ser: familiares, agroextrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados de comunidades indígenas, ribeirinhos, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores e demais povos que atende os requisitos do art. 3 da Lei 11.326. (BRASIL, 2012).

O programa é isento de licitação, adquirindo alimentos produzidos pelos agricultores familiares, o preço é a partir de cotação do mercado regional e, fornecê-

los as organizações e instituições, com grupos de pessoas carentes. Pode-se então destinar na complementação da merenda escolar, à alimentação em creches, abrigos, albergues, redes públicas e serviços públicos de saúde, asilos, hospitais públicos, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, banco de alimentos, Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, entre outros (HESPANHOL, 2008).

#### Quadro 1- Base Legal do Programa de Aquisição de Alimentos

<b>Lei de Criação: Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003 (Art. 19):</b>
Regulamento: Decreto 4.772, de 02/07/2003, substituído pelo Decreto 5.873, de 16/08/2006, substituído pelo Decreto 6.447, de 07/05/2008; substituído pelo Decreto Nº 7.775, de 04/07/2012.
Resoluções do Grupo Gestor (30 resoluções). Desde 2003 até Ago. de 2008;
Instituição da CPR - Lei nº 8.929, de 22/08/1994;
Definição Agricultura Familiar: Lei 11.326/2006, 24/07/2006- Portaria MDA nº 111, de 20/11/2003 e Resolução nº 3.467 de 02.07.2007;
Define povos e comunidades tradicionais: Decreto nº 6.040, de 07/02/2007;
Portarias de Classificação e Legislação Sanitária;
Manual de Operações da Conab – MOC.

Fonte: Brasil, 2012.

Conforme Brasil (2012), em termos institucionais, o PAA é coordenado em âmbito nacional por um Grupo Gestor (GGPAA), que envolve representantes dos seguintes ministérios: i) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; ii) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); iii) Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); iv) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); v) Ministério da Fazenda (MF); e vi) Ministério da Educação.

“Os recursos utilizados no programa provem do MDS, originárias do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, repassados à CONAB através de convênio, assim, executam a parte operacional do programa” (HESPANHOL, 2008, p. 06).

O GGPAA tem como objetivo principal, orientar e acompanhar a execução do PAA, normatizando-o por meio de suas resoluções. Além de definir, no âmbito do PAA, a forma de funcionamento das modalidades do programa, a metodologia para definição dos preços, considerando as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar, as condições de doação dos produtos adquiridos, as condições de formação de estoques públicos, os critérios de priorização dos beneficiários

fornecedores e consumidores, as condições para aquisição e doação das sementes, mudas e outras medidas para execução do PAA (BRASIL, 2012).

Em relação à operacionalização do PAA, é feita pelos estados, municípios e pela CONAB, que é vinculada ao MAPA e é quem trabalha com as organizações da agricultura familiar, essa organização deve apresentar uma proposta de participação. Para execução do Programa, a Conab firma Termo de Cooperação com MDS e MDA, que são os responsáveis pela disponibilização dos recursos financeiros diretamente a organização fornecedora (BRASIL, [2015?]).

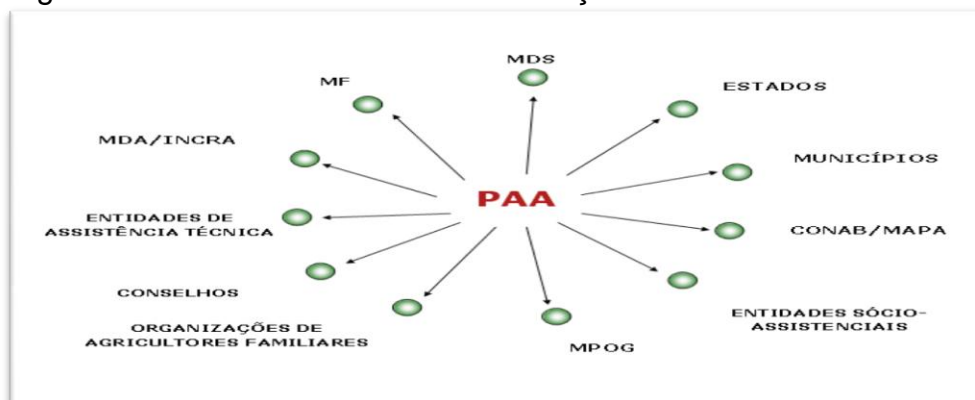
No caso dos estados e municípios, o MDS firma um Termo de Adesão com os estados, municípios ou consórcios públicos. Com esse Termo, os estados e municípios indicam para o MDS quais os agricultores familiares que vendem seus produtos para o PAA, e o MDS faz o pagamento diretamente ao agricultor familiar individual, que o recebe um cartão bancário específico para recebimento dos recursos do PAA, sendo assim, as organizações da agricultura familiar não podem formalizar Termo de Adesão diretamente com o Ministério (BRASIL, [2015?]).

Segundo Brasil (2012, p. 13). “Por sua intersetorialidade e abrangência, o PAA conta com ampla participação da sociedade civil. É instância de controle do PAA o CONSEA nas esferas nacional, estadual e municipal.”

Sobre a base de preços pagos aos produtos no PAA, a cotação é feita pela Conab, aonde apresentam uma tabela de preços elaborada para servir de referência, no entanto, na prática não leva em consideração as diferenças regionais e realidades da agricultura familiar. Quem elabora o projeto no município precisa encaminhar juntamente uma pesquisa com no mínimo três mercados do município. O GGPAE estabelecerá metodologia diferenciada aos produtos orgânicos e agroecológicos, com preços 30% a mais do que o convencional.

Sendo assim, na cotação de preços devem levar em referência o mercado local, porém, podem ser consultados outros preços como: Preço de leilão da Conab; Preço de licitação das prefeituras; Preço médio das Ceasas; Preço pesquisado pela Conab no mercado atacadista local/regional (CONAB, 2012).

Figura 1: Rede do PAA e suas inter-relações



Fonte: MDS, 2012.

## 2.7 MODALIDADES DO PAA

O PAA subdivide-se em cinco modalidades diferentes:

### 2.7.1 Compra Direta da Agricultura Familiar

A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a aquisição de alimentos para distribuição ou para formação de estoques públicos. Tendo como objetivo principal a sustentação de preços. Cumprindo um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques. Os produtos adquiridos pela compra direta têm sido utilizados especialmente para compor as cestas de alimentos distribuídas a grupos específicos (BRASIL, 2012).

A operacionalização é de responsabilidade da Conab, mais a mesma é feita após o MDS e o MDA, repassarem por meio de termos de cooperação, recursos financeiros. A modalidade permite a aquisição de produtos, a preços de referência, definidos pelo GGPA, sendo o limite de R\$ 8 mil por agricultor familiar/ano, podem ser acessados individualmente, com a Declaração de Aptidão ao Pronaf e estar organizados, preferencialmente, em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais, mas também podem participar individualmente (BRASIL,[2015?]).

### **2.7.2 Formação de Estoque pela Agricultura Familiar**

Esta modalidade foi criada para propiciar aos agricultores familiares uma forma de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor. Trata-se de apoio financeiro para a constituição de estoques por organizações da agricultura familiar, para depois a comercialização e a devolução de recursos ao Poder Público ou destinação dos alimentos aos estoques públicos (BRASIL, [2015?]).

Sobre o funcionamento desta modalidade segundo (BRASIL,[2015?])

Ao identificar a possibilidade de formação de estoque de determinado produto, a organização de agricultores envia uma Proposta de Participação à Conab do Estado. A Proposta deve conter a especificação do produto, sua quantidade, o preço proposto, o prazo necessário para a formação do estoque e os agricultores a serem beneficiados, os quais devem possuir a DAP. Com a aprovação, a organização emite a Cédula de Produto Rural (CPR-Estoque) e a Conab disponibiliza o recurso.

A organização adquire a produção dos agricultores familiares listados pela Proposta de Participação, beneficia os alimentos e os mantém em estoque próprio até sua entrega para estoques públicos. O valor da participação por unidade familiar também é de R\$ 8.000,00 por ano. O valor total da Proposta de Participação não pode ultrapassar R\$ 1,5 milhão por cada organização/ano. A CPR representa o compromisso de entrega de determinado produto e tem prazo de vencimento de 12 meses e, liquidada pela organização ao final desse prazo (BRASIL, [2015?]).

### **2.7.3 Compra para Doação Simultânea**

Segundo o Brasil ([2015?]), esta modalidade promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e a destinação dessa produção, visando o atendimento direto às demandas de alimentação, ou de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais e o desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos da agricultura familiar abastecem os equipamentos públicos de alimentação e nutrição e também as ações de acesso à alimentação atendida por entidades da rede socioassistencial local.

A procura por alimentos saudáveis orgânicos tem chamado atenção da sociedade, sendo uma cadeia que está em crescimento, no PAA não é diferente. Segundo o Brasil (2012, p. 15) “o fornecimento de produtos orgânicos é algo que tem reconhecimento no PAA, sendo privilegiado com o pagamento de valores diferenciados para esse tipo de alimento (até 30% a mais)”.

Por meio dos convênios celebrados entre o MDS e os governos estaduais e municipais, os agricultores familiares selecionados pelo conveniente comercializam individualmente sua produção, podendo vender para o PAA até R\$ 8.000,00 por unidade familiar/ano, e as organizações fornecedoras R\$ 2.000.000,00 por ano, respeitando limites da unidade familiar. O mais indicado nesta modalidade é o trabalho em equipe, com associação em cooperativa ou organização. Após análise dos documentos que tudo está em ordem, a proposta está formalizada e gera a CPR-Doação, que é assinada pelos representantes da organização e, passa a fornecer alimentos às entidades conforme definido na Proposta, deve possuir DAP-Jurídica. Após a confirmação da entrega dos produtos, a Conab irá disponibilizar os recursos que foram definidos na conta da organização (CONAB, 2015).

“A modalidade permite a aquisição de alimentos *in natura*, processados, industrializados e produtos orgânicos/agroecológicos enriquecendo os cardápios dos beneficiários consumidores” (BRASIL, 2012, p.14).

Na execução pela Conab, as organizações de agricultores entregam os produtos diretamente nas entidades beneficiárias. Neste caso, os recursos financeiros para execução do PAA são repassados pelo MDS para a Conab, que fica responsável pelo pagamento aos agricultores.(BRASIL, [2015?]).

#### **2.7.4 Incentivo à Produção e Consumo de Leite ou PAA Leite**

Foi criada esta modalidade para contribuir no aumento do consumo de leite, pelas famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar e, também incentivar a produção leiteira dos agricultores familiares. Sendo realizados somente na região Nordeste e Norte de Minas Gerais. Os Estados que tem convênios contratam laticínios que serão responsáveis por recepcionar, coletar, pasteurizar, embalar e transportar o leite para os pontos de distribuição, locais definidos onde as

famílias beneficiadas retiram sua cota diária de leite, geralmente um litro. Possui leite de vaca e de cabra (BRASIL, [2015?]).

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, destaca

O valor do litro de leite é prefixado pelo GGPAA atualizado semestralmente de acordo com média dos preços praticados pelo mercado local. O litro do leite de vaca tipo C está custando, em média, R\$ 1,25, sendo que o laticínio recebe cerca de 40% desse valor, e os outros 60% são repassados ao agricultor. Já o de cabra está em torno de R\$ 1,8 (BRASIL, [2015?]).

Para participar do PAA Leite e ter a compra garantida do seu produto a preço fixo, o agricultor familiar deve seguir algumas exigências: produzir no máximo 150L de leite/dia e ter comprovante de vacinação dos animais; possuir DAP. O agricultor familiar deve entregar a sua produção diária de leite no laticínio contratado mais próximo da sua propriedade. Após isso, o leite será coletado pelo laticínio em caminhões específicos para o transporte. O agricultor pode receber pela venda até R\$ 4 mil por unidade familiar/semestre (BRASIL, [2015?]).

As famílias que receberão o leite devem ter no máximo de renda até meio salário mínimo e ter, entre os membros da família, crianças entre 2 e 7 anos de idade, nutrizes até seis meses após o parto, gestantes ou idosos a partir de 60 anos de idade. Para outros casos, é preciso autorização do Consea. A família que deseja receber o leite deve procurar o responsável pelo programa na prefeitura local. A família beneficiada recebe 1 litro de leite por dia (BRASIL, [2015?]).

### **2.7.5 Compra Institucional**

Nos dados obtidos pelo site do Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome ([2015?]), essa modalidade é uma inovação do Decreto 7.775/2012, apresenta a finalidade de garantir que estados e municípios, além de órgãos federais que possam comprar alimentos da agricultura familiar, com seus próprios recursos financeiros, dispensando a licitação, ao atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Os estabelecimentos podem ser abastecidos são: hospitais, quartéis, presídios, restaurantes universitários, refeitórios, creches, escolas filantrópicas etc. Produtos alimentícios próprios para consumo humano, incluindo alimentos perecíveis, podem ser “*in natura*” ou processados.

O órgão comprador elabora Edital de Chamada Pública, que deve ser divulgado em locais de fácil acesso a organizações da agricultura familiar. As organizações da agricultura familiar elaboram suas propostas de venda de acordo com os critérios da Chamada Pública. Cada família pode vender até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por órgão comprador por ano. (BRASIL, [2015?]).

## 2.8 PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)

Conforme o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (2013), o PNAE atua desde 1955, garantindo recursos financeiros somente para alimentação escolar, com objetivo de permitir a aquisição de alimentos da produção familiar. Este programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, e rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, ofertando ações de educação alimentar e nutricionais. São incluídos nesse programa, alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias, (conveniadas com o poder público), obtém os recursos financeiros. Em 2012, o orçamento de R\$ 3,3 bilhões, beneficiou cerca de 45 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos.

A Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo FNDE, seja para o PNAE, deve ser utilizado na compra de produtos alimentícios, diretamente da agricultura familiar ou de suas organizações, como de assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio de Chamada Pública, sem licitação (FNDE, 2013).

No PNAE é dada ênfase ao emprego da alimentação saudável e adequada, com o utilização de alimentos diversificados, seguros, que respeitem a cultura regional, tradições e hábitos alimentares. Com apoio ao desenvolvimento sustentável, incentivo na aquisição de alimentos sazonais, produtos produzidos localmente e pela agricultura familiar. Sendo assim, ocorre interação entre alimentação escolar e a agricultura familiar, permitindo que alimentos saudáveis e com vínculo regional, possam ser consumidos diariamente pelos alunos da rede pública de todo o Brasil, melhorando à qualidade desta alimentação (FNDE, 2013).



O órgão executor deste programa é o estado e município, a fonte de recurso é disponibilizada pelo MEC, através do FNDE, no município estudado é aberta uma chamada pública, (a Lei Permite Chamada Pública, não necessária licitação), aonde vários agricultores participam inclusive os que estão cadastrados no PAA, a Cooper São Domingos faz este papel de organizar os agricultores.

A nova Resolução nº 38/2009 que foi revogada e entrou em vigor a Resolução nº 26 de 17 de junho de 2013, têm mudanças para melhor andamento do programa, incluem mudanças nos preços de aquisições e, define um prazo mínimo no qual os editais de chamada pública deverão permanecer abertos, sendo obrigatório que os preços dos produtos sejam publicados nos editais de chamada (FNDE, 2013).

Ainda segundo o FNDE (2013), os preços deverão incluir despesas com frete, embalagens e demais encargos para a distribuição física do produto. Antes da nova resolução, o preço não considerava alguns itens, deixando os produtos abaixo do custo real do produto. Outra mudança é que o preço de aquisição dos produtos, não terá mais como referência o preço do PAA. E sim, o preço médio pesquisado por, no mínimo três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, priorizando quando houver a feira do produtor da agricultura familiar.

Assim, o PNAE auxilia no principal problema da agricultura familiar na produção de alimentos saudáveis, que é a dificuldade para inserção desses produtos em cadeias produtivas, nos mercados locais e regionais, com preços realmente justos aos agricultores beneficiários.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Abaixo, apresentam-se os procedimentos metodológicos para realização deste trabalho, como a caracterização do Estudo de caso, coleta de dados, local da pesquisa e sistematização dos dados.

### 3.1 CARATERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Na realização de pesquisas, o Estudo de Caso é muito utilizado, pois contribui na compreensão dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos, permitindo assim, uma investigação com a manutenção de características holísticas e significativas da vida real. O Estudo de Caso tem um poder diferenciador, que é a capacidade em lidar com várias evidências, documentos, artefatos, entrevistas e observações, assim cada pesquisador deve trabalhar para expor todas as evidências de forma justa (YIN, 2001).

Segundo YIN (2001), no Estudo de Caso cada estratégia é utilizada por 3 propósitos. O propósito exploratório não se resume à exploração, tem por objetivo o desenvolvimento de hipóteses e proposições pertinentes a questionamentos complementares. O propósito descritivo usa estratégias de levantamento de dados e registros organizados. Já o propósito explanatório leva em conta, pesquisas históricas e experimentos, lidam com ligações operacionais por longo período;

Para Duarte (2015), a pesquisa exploratória permite uma maior familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado, visto que este ainda é pouco explorado. Por ser uma pesquisa bastante específica, precisa sempre estar em consonância com outras fontes que darão base ao assunto estudado, como é o caso da pesquisa bibliográfica e das entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas.

Para buscar responder as questões que foram propostas nos objetivos, associa-se com a ideia de Creswell (1997 apud Maffezzolli; Boehs, 2008 p. 102), que “atribuindo entrevistas aos registros de informações em profundidade, com apoio em roteiros estruturados ou semi-estruturados, baseados em anotações e transcrição para posterior análise”.

Nesta pesquisa, utilizou-se como procedimento metodológico, uma pesquisa bibliográfica, e um Estudo de caso integrado ao Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Domingos - SC, com propósito exploratório. Sendo feito o levantamento de dados, aonde as informações foram adquiridas com aplicação de questionários na forma de entrevistas semiestruturadas, sendo entrevistas com base em roteiro de respostas abertas e fechadas, posteriormente a

análise das entrevistas foram abordadas de forma qualitativas e quantitativas, sendo uma forma para transcrever e propondo explicar os objetivos propostos.

### 3.2 LOCAL DA PESQUISA

O município de São Domingos SC, situa-se no oeste do estado de Santa Catarina, fazendo parte do território meio oeste contestado, localizado à 700 km da capital catarinense. Conforme dados extraídos do site da Prefeitura Municipal de São Domingos SC (2015), a população total conta com 9.491 habitantes, a área territorial 383.652 km<sup>2</sup>, população urbana com 6.313 habitantes, população rural 3.178 habitantes. O relevo é caracterizado com superfícies planas onduladas e montanhosas, o solo possui alta fertilidade com alto teor de argila.

Figura 2: Município de São Domingos - SC



Fonte: Prefeitura Municipal de São Domingos SC, 2015

### 3.3 COLETA DE DADOS

Conforme quadro 2, para responder os objetivos que foram propostos, foi feito uma revisão da literatura sobre o assunto em sites, artigos científicos, arquivos das entidades, cartilha, dados dos Ministérios, além disso, foi aplicado questionários, através de entrevistas.

Quadro 2: Organização metodológica do trabalho

<b>Objetivos específicos</b>	<b>Como responder?</b>	<b>Referências</b>
1.Caracterizar a agricultura familiar e a juventude do campo, na região oeste catarinense e no município de São Domingos SC;	Revisão bibliográfica  Entrevistas	Artigos, sites, dissertações, teses, monografias, IBGE;  Jovens agricultores e organizações;
2.Caracterizar a importância dos programas PAA e PNAE no município de São Domingos SC;	Revisão Bibliográfica  Entrevistas	Sites dos Ministérios executores dos programas e organização dos dados; Cooper São Domingos, Sindicato, Prefeitura;
3.Descrever a Cooper São Domingos e seu papel em relação ao PAA;	Revisão Bibliográfica  Entrevistas	Projeto PAA da Cooperativa;  Cooper São Domingos, Sindicato, Prefeitura;
4.Verificar as rendas anuais geradas aos jovens que são os beneficiários fornecedores do PAA e PNAE;	Entrevistas	Jovens agricultores
5.Apontar as principais potencialidades e limitações dos mercados institucionais, no âmbito deste município, e a relevância destes na permanência dos jovens no campo;	Revisão Bibliográfica  Entrevistas	Leitura sobre o tema  Cooper São Domingos, Sindicato, Prefeitura.

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Yin (2005 apud MAFFEZZOLLI; BOEHS, 2008 p.101), sugere adotar as seguintes fontes de evidências para a elaboração do trabalho na coleta dos dados: i)

documentos; ii) registro de arquivos; iii) entrevistas; iv) observações participantes e v) artefatos físicos.

Sendo avaliados vários documentos para elaboração desse projeto, i) projeto da modalidade Doação simultânea 2014/2015 do PAA, e projeto PNAE 2015 no município São Domingos SC; ii) dados sobre PAA e PNAE da cooperativa São Domingos e prefeitura municipal; iii) relatórios após questionários aplicados com jovens agricultores relacionados à Cooper São Domingos e entrevistas com “experts”; iv) relatos dos entrevistados no decorrer da aplicação dos questionários; v) documentação do site da Conab, MDS, MDA e FNDE. Para efetivar a pesquisa, fará o uso das seguintes fontes de dados:

1) Jovens agricultores (15 jovens) - Sendo escolhidos por serem os únicos jovens que permanecem na propriedade na produção de alimentos destinados ao PNAE e PAA do município, representará 100% da amostra total entrevistada;

2) Entrevistas com três “experts”, que possuem mais conhecimento sobre o assunto, além disso, estando envolvidos diretamente na operacionalização e execução dos programas de aquisição direta de alimentos do município de São Domingos SC, auxiliando no desenvolvimento do trabalho, sendo:

O Presidente da Cooperativa de Produção, Comercialização e Consumo dos Agricultores Familiares de São Domingos e Região – Cooper São Domingos, o Coordenador do Sindicato da Agricultura Familiar, sendo ligada a entidade Fetraf-Sul/CUT, e a Secretária Municipal da Educação –São Domingos SC.

Os jovens agricultores entrevistados foram escolhidos em conversa formal na Cooper São Domingos, pois são os únicos que ainda permanecem no campo, produzindo alimentos ao PAA, baseou-se no projeto SC/2014/02/0114, do ano 2015, sendo que o projeto possui total de 49 agricultores, destes, 36 são residentes no município de São Domingos SC, desta forma, os 15 jovens residem no município estudado, são associados ou possuem alguém da família que é associado á Cooper São Domingos, estando designados pelo projeto citado acima, os mesmos jovens também entregam produtos no PNAE do município. A Cooper São Domingos é uma organização da agricultura familiar que articula o programa no município.

Esta pesquisa com jovens agricultores familiares que permanecem no campo, tem a finalidade de avaliar como é a participação dos jovens e, se o programa está

sendo inclusivo para a juventude do campo, além de salientar os principais entraves enfrentados dentro dessa política, os aspectos positivos, a qualidade dos alimentos entregues ao PAA, sobre o preço pago pelos produtos e outros mercados institucionais executados no município.

A entrevista foi feita na propriedade de cada entrevistado (a), localizado nas comunidades: Linha Santo Antônio (1 jovem); Linha Encruzilhada (1 jovem); Linha Maratá (4 jovens); Linha Arvoredo (1 jovem); Linha Debortoli (1 jovem); Linha São Caetano (2 jovens); Linha Andreola (1 jovem); Linha São Pedro Apóstolo (1 jovem); Linha João Paulo II (2 jovens); Linha São Maurício (1 jovem).

Feito este recorte, por entender que é necessário o trabalho em cooperativa, na organização dos agricultores para a luta do interesse comum, considerando outro aspecto importante, a preocupação com a sucessão do campo, principalmente na produção de alimentos diversificados. Além de deter pouca informação e pouca pesquisa sobre o PAA e PNAE no município de São Domingos SC.

Para registro dos dados obtidos, foi avaliado por fontes importantes, como: 1) tabelas e gráficos, e 2) dados obtidos após a aplicação das entrevistas, estas foram realizadas através de um documento padronizado, um questionário impresso para cada um dos entrevistados. Como o número de questionários não é tão expressivo, a entrevistadora terá maior flexibilidade no tempo das aplicações das entrevistas, dispondo aproximadamente (1) hora cada entrevista.

Nos apêndices A e B estão relacionados os questionários utilizados na pesquisa, que são entrevistas com os jovens agricultores e organizações da agricultura familiar e prefeitura municipal. Para estas entrevistas, não fará uso de gravação, e as perguntas são abertas e fechadas. Dando continuidade após realização das entrevistas, as respostas foram transcritas e armazenadas para sistematizar os dados, com análise qualitativa e quantitativa.

A análise dos dados com abordagem quantitativa baseia-se na quantificação de dados, utilizando para isto recursos e técnicas estatísticas. A abordagem qualitativa tem sido utilizada em estudos voltados para a compreensão da vida humana em grupos, em campos como sociologia, antropologia, psicologia, dentre outros das ciências sociais. (DENZIN; LINCOLN, 2000 apud CESAR, ([2015?]), p.2).

### 3.4 SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Após a coleta de dados, estes foram organizados sistematicamente conforme sua caracterização. Em relação as perguntas fechadas, é analisada pelo caráter quantitativo, por meio do uso da planilha Excel, unidos os dados por afinidade e ordenados de acordo com cada objetivo específico de trabalho. O uso de planilhas garante a integridade e fidelidade dos dados, disponibilizando-os por meio de gráficos e figuras, e com uso de questionários enumerados, garante à identificação. As questões abertas são sistematizadas para a complementação das informações quantitativas, agrupadas por caráter qualitativo.

Um questionário com perguntas abertas e fechadas se torna mais equilibrado, toma o menor tempo possível do entrevistado e atende aos objetivos da pesquisa. No andamento do estudo, após a coleta das informações, abordou-se a discussão dos dados obtidos a campo, visando analisar caminhos significativos para as considerações finais do trabalho. Os resultados obtidos foram ordenados, pesquisados e anunciados de forma acessível pelos leitores. Ainda, optou-se pela preservação da identidade dos entrevistados, para fins de divulgação e nos próprios resultados a serem sistematizados pela presente pesquisa. Este trabalho foi aprovado no Comitê Ética e Pesquisa CEP/UFFS em junho do ano 2015, após esta aprovação realizou-se as entrevistas (descritas no Apêndice A e Apêndice B do trabalho), com os 18 entrevistados em agosto de 2015.

Conforme análise feita, a devolução dos resultados aos participantes, será a apresentação do estudo, em alguma reunião, outro evento das organizações envolvidas no tema, sendo aberto para discussão sobre os resultados obtidos, ademais buscará repassar aos participantes por intermédio de possíveis publicações dos resultados em trabalhos acadêmicos, congressos, anais, ou demais recursos eletrônicos, ficando disponíveis e acessíveis a todos os entrevistados.

Sobre os benefícios aos participantes da pesquisa, os entrevistados contribuirão a partir do levantamento de informações, elencar dados importantes, sobre as potencialidades e limitações destes programas, bem como apontar hipóteses para melhorar a funcionalidade dos mercados institucionais no município,

sendo assim, obterá maior conhecimento da atual realidade dessas políticas para o desenvolvimento da agricultura familiar.

Outro benefício importante com a participação, é a possibilidade de verificar a renda gerada pelo PAA, se essa renda pode ser incentivo aos jovens permanecerem no campo. Tendo em vista abordar os problemas nestes programas, as organizações poderiam apropriar-se desses dados e averiguar melhorias, como resultado atingirá diretamente os beneficiários do programa, melhorando a qualidade de vida desses agricultores (as) no campo.

#### **4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS**

Neste capítulo serão apresentados e discutidos os principais dados da pesquisa. Neste sentido, será abordado os temas: contextualização da agricultura familiar e a juventude do campo do município de São Domingos SC; Contextualização dos programas PAA e PNAE no município de São Domingos - SC; Descrição da Cooper São Domingos SC e seu papel em relação ao PAA; Verificação das rendas anuais geradas aos jovens beneficiários fornecedores do PAA; Apontamentos das principais potencialidades e limitações dos mercados institucionais, no âmbito deste município, no intuito de melhorar o processo de inclusão de jovens nesses mercados; Análise de alguns aspectos sobre qualidade dos alimentos entregues aos PAA e PNAE.

##### **4.1 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E A JUVENTUDE DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS SC**

Com o objetivo de contextualizar a agricultura familiar e a juventude do campo no município de São Domingos – SC utilizou-se como questões para serem analisadas: Distribuição da população entrevistada por idade, sexo, condição de posse, tamanho das propriedades, tempo que vivem nessa propriedade, forma de aquisição da propriedade, a participação nos trabalhos da propriedade, atividades desenvolvidas, fontes de renda familiar, associação em cooperativas, sobre a vida



no campo e as expectativas na produção de alimentos na agricultura familiar, na visão dos jovens agricultores.

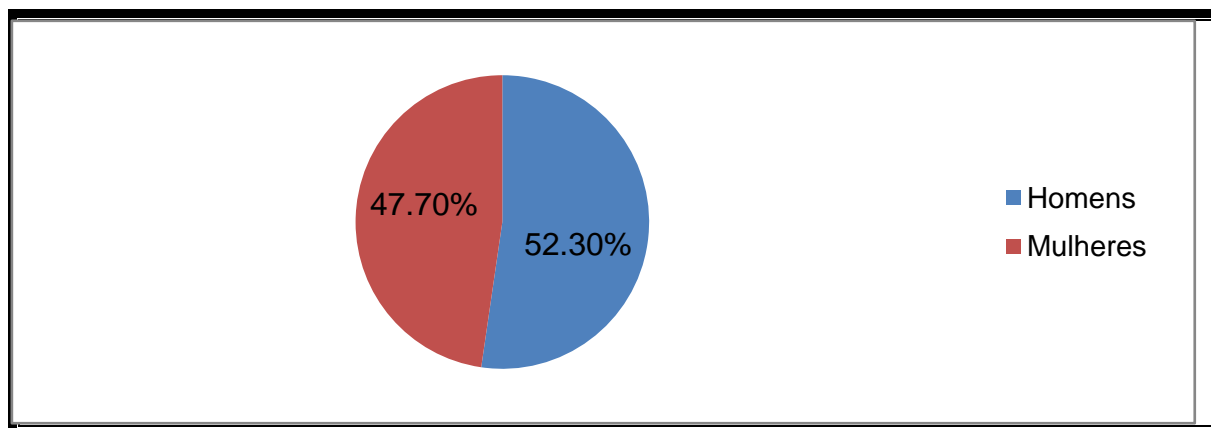
#### 4.1.1 População rural e urbana do município de São Domingos – SC

O município de São Domingos SC apresenta população total de 9.491 habitantes, sobre essa população observa-se uma forte diferença entre população urbana e rural, sendo que a população urbana representa 67% dos habitantes e, a população rural 33% dos habitantes do município. Coincidindo com esse fato no município, a população urbana no Brasil está representada com 84,4%, enquanto população rural representa somente 15,6% (IBGE, 2010).

Mesmo a população rural sendo a minoria da população, a agricultura familiar fomenta o desenvolvimento de várias atividades na produção de alimentos, contribuindo na movimentação econômica do município, já que cerca de 66% dos estabelecimentos rurais fazem parte da agricultura familiar (IBGE, 2010).

O gráfico 1 aborda um ponto importante, que é a questão de gênero no campo.

Gráfico 1: População Rural por gênero em São Domingos- SC/2015



Fonte: IBGE (2010).

Com relação à população rural, no que tange à gênero, no município de São Domingos SC, homens representam 52,3% e mulheres 47,7%. Essa situação ocorre de forma similar com a população total do município, onde 50,3% são homens e 49,7% mulheres. Nota-se uma disparidade com os dados brasileiros, sendo que o

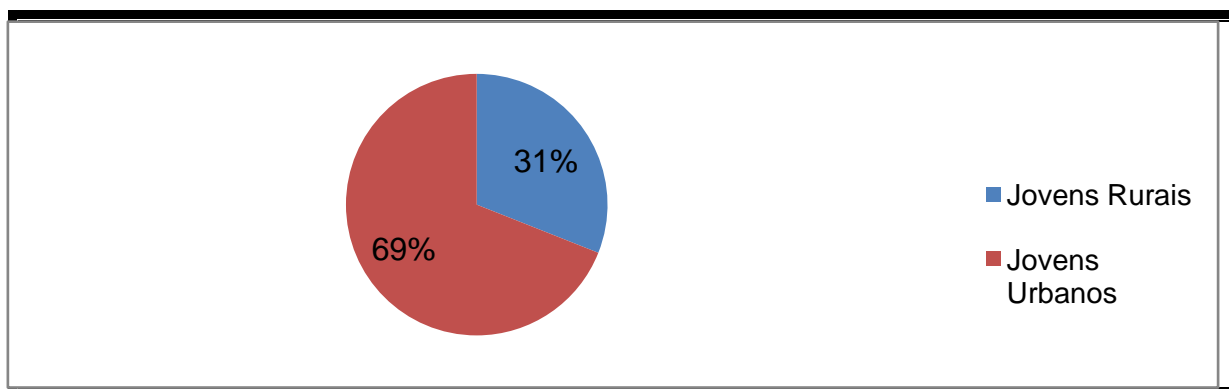
Brasil possui uma população total de aproximadamente 190 milhões de habitantes, destes 48,7% são homens e 51,3% mulheres (IBGE, 2010).

A questão de gênero na juventude rural é um fenômeno bastante estudado atualmente, essa sucessão hierárquica é destacada como problema social e econômico. Segundo Stropasolas (2006), as mulheres tendem a ser consideradas e tratadas como “filhas ou esposa dos agricultores”, também quando a terra pertence à mulher por herança, o marido é considerado o responsável. Neste caso, o patrimônio fundiário, os padrões culturais e a família, ao reproduzirem desigualdades e hierarquia entre os gêneros e as gerações, representavam uma unidade indissolúvel no processo de reprodução social no campesinato.

Essa análise também gerou fatores preocupantes para a sociedade, no que tange à reprodução social no campo, de todas as entrevistas realizadas com os jovens, é marcante o processo de masculinização, pois 80% são homens e somente 20% mulheres. Destas, duas jovens tem o intuito de cursar uma graduação e voltar para o campo e, uma quer continuar no campo.

Dos 36 agricultores que estão cadastrados no projeto PAA 2015 do município de São Domingos – SC, apenas 15 propriedades possuem filhos jovens que auxiliam nos trabalhos produtivos na propriedade. A seleção destas famílias foi realizada em maio de 2014, período de elaboração do Pré-projeto, em conjunto com a Cooper São Domingos, entidade que articula esse projeto no município.

Gráfico 2: Jovens (15 - 29 anos) Rurais e Urbanos de São Domingos - SC/2015



Fonte: IBGE (2010).

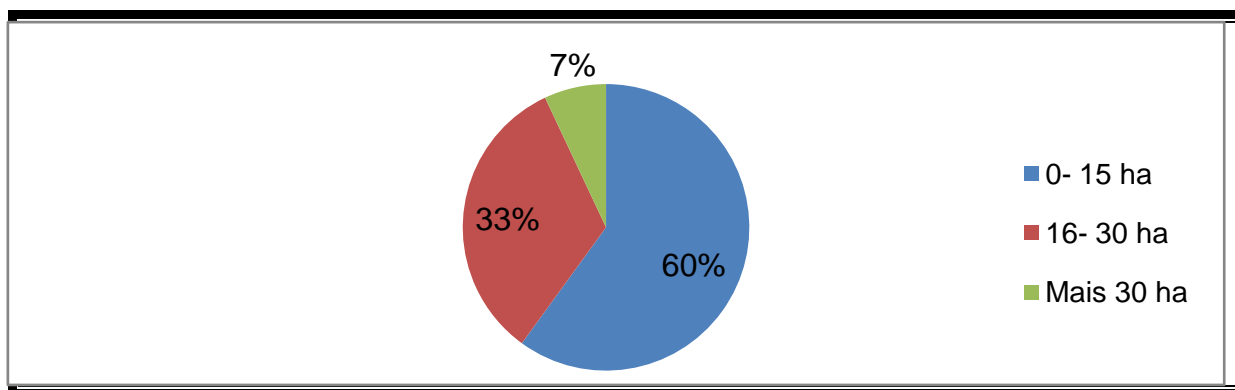
“A juventude rural, até pouco tempo, era uma categoria invisível, sendo fortemente vinculada ao jovem desinteressado, motivando vários estudos na

identificação desse problema de migração do campo para cidade”, Castro (2009, p.19). Este fato corrobora com o gráfico 2, demonstrando uma forte diferença populacional entre jovens rurais e urbanos no município São Domingos – SC, onde os jovens no meio rural (de 15 – 29 anos) representam 31% e, os jovens do meio urbano (de 15 – 29 anos) representam 69% (IBGE, 2010).

#### 4.1.2 Descrição das propriedades analisadas

Os mercados institucionais promovem a participação e interação de diversos atores sociais, sendo predominante nas pequenas propriedades da agricultura familiar, dado destacado no gráfico 3.

Gráfico 3: Tamanho das propriedades



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

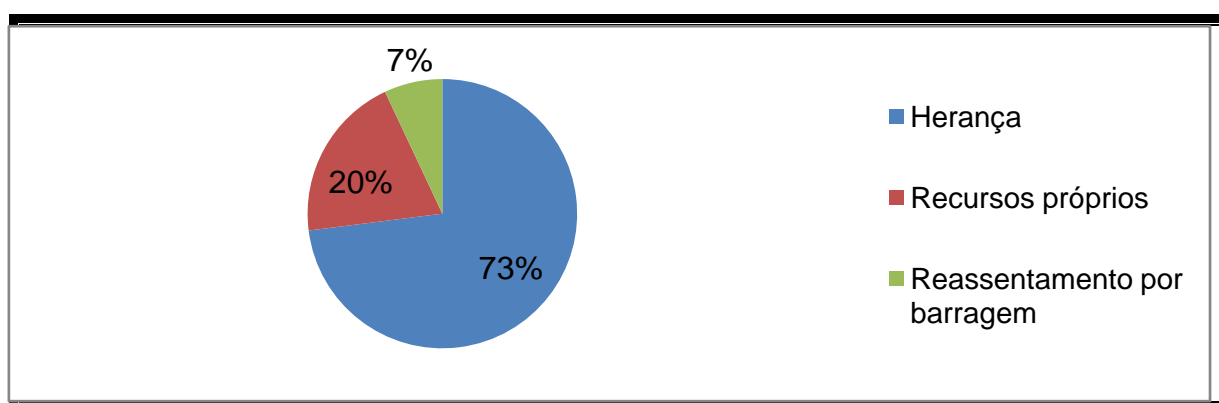
Referente ao tamanho das propriedades, a pesquisa de campo constatou que grande parte dos agricultores que comercializam produtos nos mercados institucionais, no município de São Domingos – SC são pequenos agricultores. Esta característica é marcante para a região oeste catarinense. Observa-se que 60% das propriedades possuem de 0 á 15 ha, 33 % de 16 a 30 ha e, 7% com mais de 30 ha. Logo, pode-se inferir que o aproveitamento dessas políticas públicas (PAA, PNAE) para a agricultura familiar, se torna uma ferramenta fundamental para o desenvolvimento das pequenas propriedades.

Segundo Brasil ([2015?]), a agricultura familiar é base na formação da agricultura, na região oeste catarinense, sendo uma forma de produção onde predomina a interação entre gestão e trabalho, esses agricultores familiares coordenam o processo produtivo, dando ênfase na diversificação, utilizando o trabalho de base familiar, cujas propriedades possuem no máximo 4 módulos fiscais, que no município estudado é de 20 ha. Já a área média das propriedades amostradas é de 15,8 ha.

Conforme dados do Censo Agropecuário (2006), apontam que a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, contribuindo com 87% da produção de mandioca, 70% de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 21% do trigo e 16% da soja. E a pecuária familiar é responsável pelo fornecimento de 58% do leite, 50% das aves, 59% dos suínos e 30% do rebanho bovino.

Sobre a condição de posse dessas propriedades, 100% das famílias entrevistadas são proprietários das suas unidade produtivas (gráfico 4). Conforme o Censo (2006), dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil, 3,2 milhões de produtores acessavam as terras na condição de proprietários, representando 74,7% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil.

Gráfico 4: Forma de aquisição das propriedades entrevistadas



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

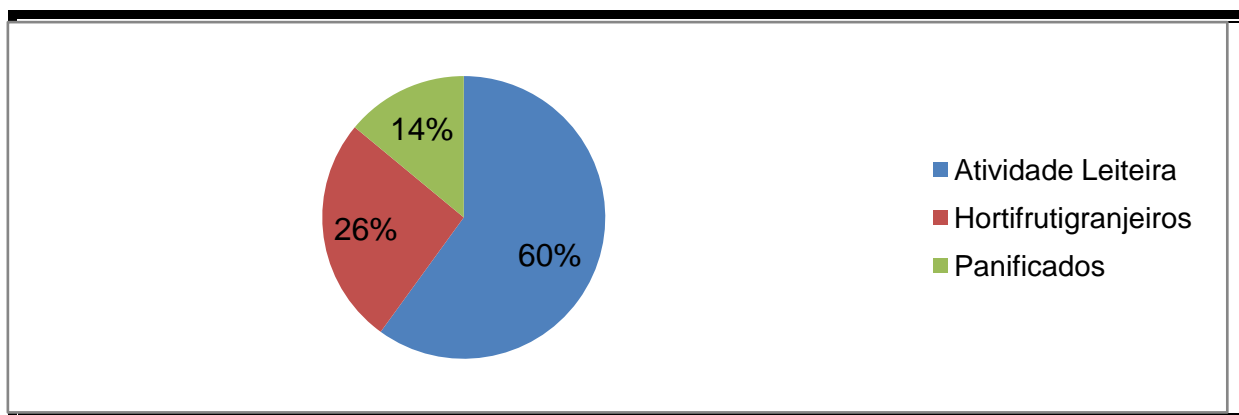
Além disso, 60% dos entrevistados detém a posse dessas unidades produtivas, a mais de 30 anos. Outro fato que chama a atenção nesse estudo, é a forma de aquisição dessas propriedades, conforme gráfico 4, dos entrevistados,

73% adquiriram por herança, 20% com recursos próprios e 7% por reassentamento de uma Usina Hidrelétrica. A forma de aquisição por herança tende na maior parte das vezes, se transferir do pai para filhos, demonstrando-se o modelo patriarcal nas propriedades rurais, sendo o homem: referência do núcleo familiar - o patriarca.

Estes dados estão em conformidade com os dados do IBGE (2010), no município estudado, sobre a condição de proprietária feminina – com apenas 38 unidades de estabelecimentos agropecuários e, proprietário masculino – com 865 unidades de estabelecimentos agropecuários.

Conforme o estudo realizado, os entrevistados possuem duas principais fontes de renda em suas unidades produtivas, a atividade leiteira representa uma “renda fixa mensal” e, a produção de hortifrutigranjeiros e panificados, para os mercados institucionais (PAA/PNAE), representa uma “renda extra” nas propriedades. Esse fato é demonstrado no gráfico 5.

Gráfico 5: Principais atividades desenvolvidas nas propriedades



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Desta forma, constata-se que 60% das famílias entrevistadas detêm atividade leiteira como a principal renda, em suas unidades produtivas e, a produção para os mercados institucionais, complementam a renda destas unidades. No entanto, 40% dos entrevistados têm como principal renda a produção de panificados e hortifrutigranjeiros, como por exemplo: alface, couve manteiga, rúcula, acelga, repolho, rabanete, beterraba, cenoura, tomate, batata doce, mandioca, couve flor, temperos verde, milho verde, citros em geral, grãos vendidos de forma orgânica e

convencional. Neste caso estas propriedades dispõem de outras rendas complementares, como a produção de leite, criação de peixes e gado de corte.

Vale realçar sobre as propriedades aonde a principal renda vêm dos hortifrutigranjeiros, que as vendas não são exclusivamente para os mercados institucionais, os agricultores trabalham simultaneamente com a venda direta dos produtos aos consumidores e em feiras municipais semanalmente.

Em alguns casos, para incrementar a renda da família, ocorre algum tipo de trabalho assalariado, ou de forma autônoma fora do espaço rural. Essa diversificação nas atividades agrícolas é uma alternativa muito eficaz, para melhorar a renda do campo em vários aspectos. Foi constatado que em 5 famílias entrevistadas, são os homens que complementam a renda fora do espaço rural, exercendo trabalhos em frigoríficos da região, cooperativas da agricultura familiar e empresas do município.

A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, em uma mesma família, caracteriza e define a pluriatividade. Que segundo Schneider (2001), são unidades produtivas que diversificaram suas fontes de renda, essa renda pode ser no meio rural ou não, os membros que integram a família exercem várias outras atividades, podendo ser em tempo parcial ou não, é uma alternativa para manter a reprodução social no campo visando aumentar a renda nas propriedades.

“Marsdene Flynn consideram que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato. O autor acredita que esse processo conduzirá à revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais. (Marsden e Flynn, 1993 apud Schneider 2001, p. 4)”.

#### **4.1.3 Jovens agricultores familiares**

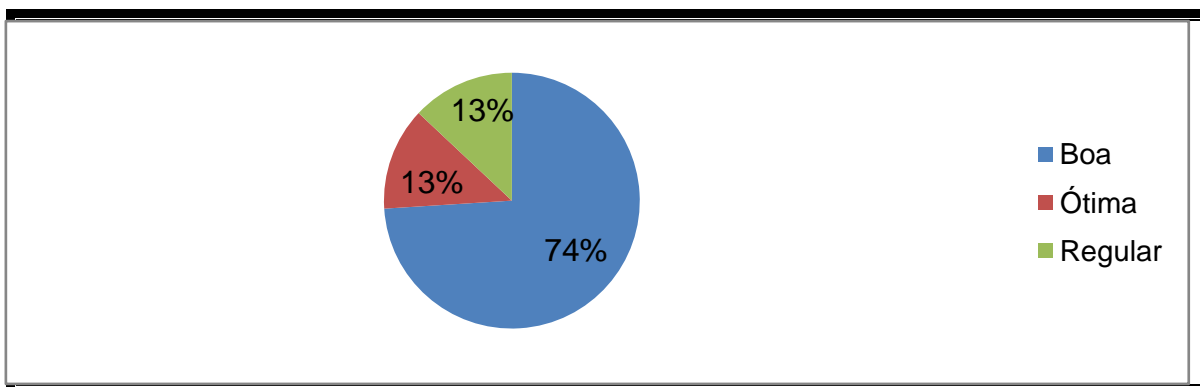
Com a pesquisa realizada foi constatado que grande parte das propriedades permanece em nome dos pais dos entrevistados, reforçando a falta de autonomia dos jovens. Contudo, 86% dos jovens entrevistados colaboram na tomada de

decisões de eventuais mudanças, novos investimentos, aquisições, planejamento da produção e melhorias na área de produção. Outro fato de relevância é que 60% dos entrevistados fazem de algum modo o planejamento das propriedades, principalmente no controle das áreas destinadas aos mercados institucionais, com tabelas de custos de produção, entrada e saída de recursos, avaliação da propriedade em cada ano e, esta gestão é feita principalmente pelos jovens filhos dos agricultores. Logo, constata-se que estes aspectos relacionados à gestão, pode servir de incentivo aos jovens para assumirem com autonomia estas atividades agrícolas no futuro, permanecendo nesse espaço de sucessão e reprodução da agricultura familiar.

Quando perguntados sobre associação em cooperativas do município, 40% dos jovens entrevistados afirmam que não são associados. Essa realidade é interpretada pela pouca idade de alguns jovens, além de reforçar falta de autonomia com relação ao modelo patriarcal. Sobre a associação em outras cooperativas do município, algum membro familiar (pai/mãe) é associado na Cooperalfa (54%), Cresol (33%) e Coamo (13%). Cabe destacar que em todas as famílias entrevistadas, um membro familiar é associado na Cooper São Domingos. Outro fato interessante sobre esta associação, que 54% dos associados são do gênero feminino, estas mulheres buscam vencer as questões culturais, idealizando igualdade de gênero neste setor.

Outro ponto investigado neste estudo diz respeito às considerações que os jovens fazem sobre a vida no campo. Neste sentido, algumas constatações relevantes a partir de suas respostas: i) consideram o campo como um lugar calmo, ii) com boa renda, iii) são donos do seu negócio, iv) não possuem os problemas existentes nos centros urbanos, v) melhor qualidade de vida; relatando-se por fim, a vontade de permanecer e melhorar as condições de trabalho no campo, conforme refere o gráfico 6.

Gráfico 6: Como considera a vida no campo?



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Ainda, em sua maior parte, as respostas se concentraram em boa, ótima e regular, não sendo registrada nenhuma resposta nas demais opções apresentadas. Logo, percebe-se uma satisfação desses jovens na profissão de agricultor (a).

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS PROGRAMAS PAA E PNAE NO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS-SC

Nesta seção, será contextualizado o funcionamento dos mercados institucionais, especificamente do PAA e PNAE no município de São Domingos-SC, basearam-se em pesquisas bibliográficas e entrevistas realizadas com os *experts*, que participam ativamente no processo de elaboração do projeto, até a disponibilização final dos alimentos.

##### 4.2.1 Funcionalidade do PAA em São Domingos - SC

Analisando os dados obtidos na pesquisa de campo, averiguou-se que o município executa o PAA desde o ano 2009, na modalidade Doação Simultânea. Nesta época, o programa era operacionalizado pela secretaria da agricultura municipal, juntamente com a associação de feirantes do município.

A disponibilização de recursos para compra de alimentos da agricultura familiar é uma reivindicação antiga, fundamentada pela luta dos movimentos sociais e



organizações da agricultura familiar. O PAA atende os aspectos produtivos, e está dentro de um debate global, que é a segurança alimentar (DEVES; RAMBO, 2013).

Neste sentido, como objetivo do PAA está o acesso aos alimentos em termos de quantidade, qualidade e regularidade às pessoas em situação de insegurança alimentar ou nutricional, e ao mesmo tempo, fortalecer os circuitos locais e regionais, estimular o cooperativismo e associativismo, valorizar a biodiversidade, gerar renda e trabalho no campo fortalecer a agricultura familiar (CONAB, 2015).

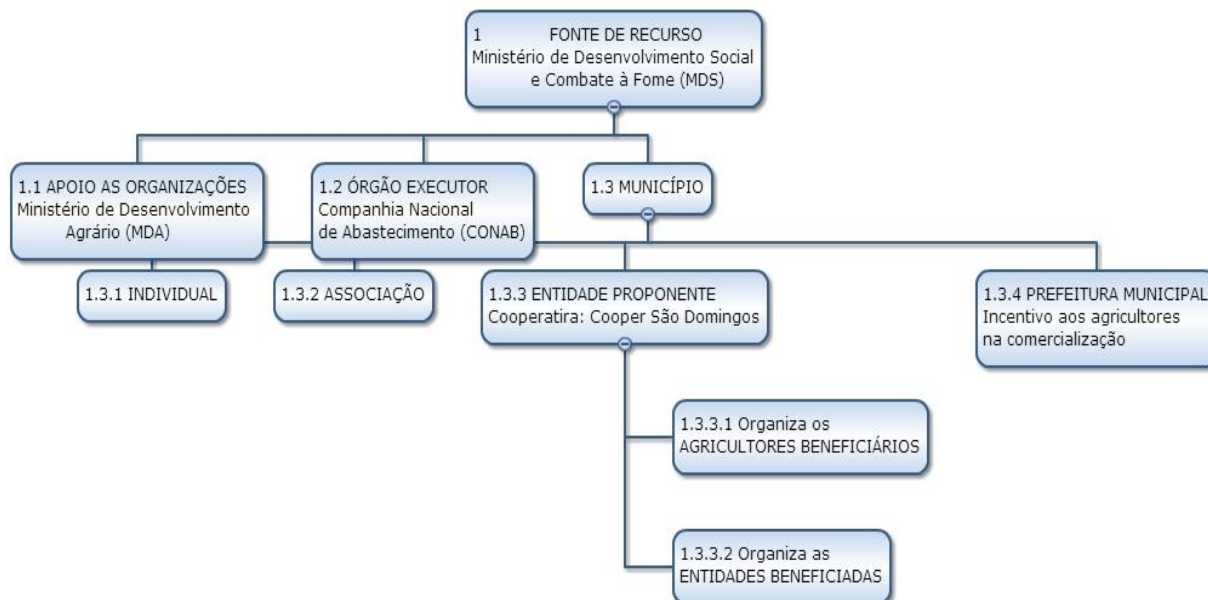
Conforme dados da Cooper São Domingos (2014), os objetivos gerais do projeto PAA são: fomentar a cadeia de produção de alimentos da agricultura familiar de São Domingos e região, promover a qualidade da alimentação dos beneficiários, proporcionar renda as famílias de pequenos agricultores e, estabelecer garantia de venda da produção estimulada pelas cooperativas.

No município de São Domingos - SC somente é executado a modalidade Doação Simultânea, esta modalidade articula desde a produção, que é feita pela agricultura familiar até a destinação desses produtos, atende às demandas de alimentação e suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais e, o desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos são doados às pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial, ou órgãos públicos de segurança alimentar e da rede pública e filantrópica de ensino (BRASIL, [2015?]).

Segundo a Conab (2012), ocorre uma forte participação da região sul brasileira no PAA. No ano de 2012, a distribuição dos recursos no Sul é considerada representativa com 39%, regiões Nordeste 26%, Sudeste com 22%, regiões Norte com 6% e Centro-Oeste 7%. Estes resultados demonstram que a demanda pelo PAA é variável, isso de acordo com as características próprias de cada região, a predominância da agricultura familiar, a organização social e acesso à informação.

Conforme dados obtidos na Cooper São Domingos (2014), o público consumidor do projeto PAA é formado basicamente por estudantes da rede pública municipal de ensino, dos municípios de São Domingos e Abelardo Luz, além de estudantes dos Centros de Educação Infantil, APAE, e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa Nascer Saudável, Grupo de Idosos, o Programa de Apoio Integral a Família e, famílias carentes do município, que disponibilizavam até 2014, 120 cestas básicas por mês com produtos oriundos da agricultura familiar.

Figura 3: Fluxograma Operacional do PAA no município – Doação Simultânea



www.wbstool.com

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

De acordo com o fluxograma acima, foi descrito o papel de cada um dos atores envolvidos na parte operacional do PAA.

A Conab é responsável em analisar e aprovar o depósito montante em uma conta específica para o PAA, o valor será liberado conforme a prestação de contas feita pela Entidade Proponente, no caso a Cooper São Domingos.

A prefeitura municipal disponibiliza uma nutricionista no acompanhamento do programa e, incentiva os agricultores na comercialização dos seus produtos.

Já em relação ao papel da entidade proponente – Cooper São Domingos, entidade que articula a compra e venda dos produtos, é responsável em fazer o levantamento dos produtos e a quantidade dos mesmos, organizar o levantamento dos agricultores do município que forneceram esses produtos, organizar os documentos exigidos pela Conab, elaborar as notas de produtores após realização da entrega dos produtos e, organizar a logística dos produtos, pois os agricultores

entregam diretamente as entidades beneficiadas, após esta entrega, o agricultor assinam um termo de fornecimento.

Os recursos destinados ao PAA são oriundos do Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e Ministério de Desenvolvimento Agrário. Dentre eles, o MDS é a fonte de recurso e responsável pela compra de alimentos para doação, já o MDA fornece apoio para que as organizações comercializem seus produtos. As ações no âmbito do PAA são desenvolvidas por meio de parcerias, com a Conab e governos Estaduais e Municipais.

Conforme relato dos *experts*, a prefeitura municipal também é parceiro na efetivação dos mercados institucionais para a agricultura familiar, que é base econômica da região e, recentemente está comprometido na construção da Central de Abastecimento de produtos da agricultura familiar.

#### **4.2.2 Funcionalidade do PNAE em São Domingos – SC**

Com uma lógica semelhante ao PAA, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) foi criado para comprar produtos da agricultura familiar, aumentando a oportunidade para os agricultores familiares venderem suas produções, além na melhorar a qualidade da alimentação que é servida nas escolas. Este programa contribui no crescimento, desenvolvimento, e rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábitos alimentares saudáveis, ofertando ações de educação alimentar e nutricionais. Estão inclusos os alunos de toda a educação básica, matriculados em escolas públicas, filantrópicas e em entidades comunitárias (FNDE, 2012).

Conforme entrevista realizada, a secretária municipal de educação dialogou sobre a execução do PNAE no município, citando que esta secretaria é responsável em avaliar no final de cada ano, uma pesquisa de preço dos produtos em três mercados locais, e após isso, é feito a média dos valores de cada produto. Esse levantamento de preços passa para o setor de licitação da prefeitura. A Cooper São Domingos, que é a entidade proponente, é responsável em organizar os agricultores e suas respectivas documentações, elaborando a nota fiscal para cada agricultor.

A entrega dos produtos nas escolas é responsabilidade dos agricultores, a escola recebe o produto e assina um termo de recebimento e, o agricultor um termo

de fornecimento. A nutricionista e o prefeito assinam a solicitação de compras e, após será repassado ao setor de compras da prefeitura, que autoriza o pagamento. Os responsáveis em fiscalizar a execução desse programa são o FNDE e o Conselho de Alimentação Escolar (CAE).

A equipe que trabalha com estes programas no município são semelhantes. No PAA é a secretaria e parte da direção da Cooper SD, e no PNAE é a secretaria da educação, nutricionista, orientadora pedagógica e, a Cooper São Domingos responsável em fazer o controle da entrega dos produtos nas escolas.

Segundo a secretária de educação do município estudado, é necessário estimular aos hábitos alimentares mais saudáveis, desde os primeiros anos de idade, com combinação adequada dos nutrientes, as crianças assimilam com maior facilidade e obtém melhor desempenho escolar. Ainda, a secretaria da educação do município possui um trabalho com as crianças do ensino básico, levando-as nas propriedades rurais para conhecer a realidade rural, conservando as raízes locais.

Ademais, o PNAE no município disponibiliza os produtos da agricultura familiar para 712 alunos da rede municipal e 90 alunos da APAE (figura 4). Em torno de 30 itens de alimentos diariamente às crianças, vindos da agricultura familiar, como: carne bovina, suína, filé de tilápia, citros em geral, panificados, derivados de mel, e vários produtos in natura: vegetais, legumes, frutas e hortaliças em geral. Além disso, o município possui um decreto de comprar 100% da agricultura familiar, somente se ocorrer falta de produtos, são procurados outros mercados convencionais para suprir suas necessidades.

O comprometimento do município com uma merenda escolar de qualidade, garantiu à São Domingos o Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar em 2012, concurso promovido pela Fome Zero, que ficou entre os vinte e seis municípios brasileiros vencedores desse Prêmio. Esse prêmio é dado pela eficiência dos recursos públicos na compra de alimentos para merenda escolar, com maior qualidade, quantidade e regularidade necessária ao desenvolvimento físico e, intelectual dos alunos da rede pública de ensino brasileira (FNDE, 2012).

Figura 4: Merenda Escolar em escolas municipais de São Domingos – SC.



Fonte: Prefeitura Municipal São Domingos SC, 2015.

#### 4.2.3 Diferenças entre o PAA e PNAE na visão dos entrevistados

Quando interrogados sobre a participação em outros mercados institucionais do município, constatou-se que 100% dos entrevistados cadastrados no projeto PAA 2015, comercializam seus produtos simultaneamente no PNAE municipal. Em relação às diferenças entre os mercados institucionais, os entrevistados abordaram somente diferenças nos preços de alguns produtos e, nas cotas anuais.

Neste sentido, os quadros 3 e 4 demonstram essas diferenças nas cotas e, no preços de alguns produtos no PAA e PNAE, baseou-se nos projetos do ano 2014, pois neste ano o PAA foi operacionalizado no município.

Um fato nos chama a atenção, é que nenhum dos agricultores entrevistados conseguiu entregar toda a cota anual no PAA e PNAE no ano de 2014.

Quadro 3: Diferença de preços de alguns produtos nos projetos 2014 PAA/PNAE.

<i>Produtos (valores) (Kg, unidade)</i>	<b>PAA</b>	<b>PNAE município</b>
<b>ALFACE</b>	R\$ 1,50	2,15
<b>BATATA DOCE</b>	R\$ 1,35	2,30
<b>CARNE BOVINA</b>	R\$ 8,70	10,50
<b>CUCA CASEIRA</b>	R\$ 7,20	9,25
<b>FEIJÃO PRETO</b>	R\$ 3,55	3,50
<b>LARANJA</b>	R\$ 1,05	2,50
<b>MANDIOCA</b>	R\$ 1,25	2,15
<b>MILHO VERDE</b>	R\$ 0,95	2,10
<b>PÃO</b>	R\$ 7,35	7,50
<b>TEMPERO VERDE</b>	R\$ 1,05	1,15

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

No quadro 3, é possível observar que os produtos no PNAE tem valores superiores ao PAA, este fator também foi relatado nas entrevistas realizadas com os jovens agricultores, isto é apurado, pois o parâmetro para os preços no PNAE são os mercados em âmbitos locais, com preferências nas feiras municipais, e no PAA a cotação de preços é feita pela Conab, que possui uma tabela de preços elaborada como referência e, na prática não verificam o mercado local de cada região.

O quadro 4 demonstra a diferença dos valores das cotas anuais entre os dois mercados, observando no PNAE o valor da cota anual mais significativo.

Quadro 4: Cota PAA modalidade Doação Simultânea e Cota PNAE

<i>COTAS anuais por DAP/anual</i>	<b>Valores PAA</b>	<b>Valores PNAE</b>
<b>Limite Individual</b>	R\$ 8.000,00	R\$ 20.000,00
<b>Limite Coletivo</b>	R\$ 2.000.000,00	-----

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

### 4.3 DESCRIÇÃO DA COOPER SÃO DOMINGOS E SEU PAPEL EM RELAÇÃO AOS MERCADOS INSTITUCIONAIS

Nesta seção será contextualizado dados sobre a Cooper São Domingos, abordando elementos da cooperativa e sua relação com o PAA, recursos disponibilizados nos projetos executados pela cooperativa, dados dos beneficiários participantes, e aspectos importantes após a paralisação dos recursos no PAA.

#### 4.3.1 Cooperativa São Domingos – SC

A Cooperativa de produção, comercialização e consumo dos agricultores familiares de São Domingos – SC (Cooper SD), foi fundada em 27 de julho de 2011, desempenha atividades na comercialização de alimentos no PAA e PNAE desde 2013, e na produção de leite bovino, mantendo uma relação com as demais cooperativas da agricultura familiar.

Desta forma, a comercialização de produtos ocorre também com cooperativas vizinhas, devido à existência de demandas via entidades regionais. Essa ampliação de mercado é necessário para melhorar o desenvolvimento das cadeias produtivas de alimentos. Mantém articulação com a Cooper Central de Chapecó, e a ASCOOPER, na organização da cadeia produtiva de alimentos.

A Cooper São Domingos está organizada juntamente com outras organizações parceiras, Administração Municipal de São Domingos, Abelardo Luz e Formosa do Sul, com apoio de Secretarias de educação, cultura e esporte, Secretaria de Ação social e o CRAS, a Epagri, Sintraf regional, Cresol Pedra Branca, Associação dos produtores e feirantes de São Domingos, Cooperativas de Coronel Martins, Formosa do Sul e Entre Rios. Além de Centrais Cooperativas como a Ascooper- Formosa do Sul SC, Cooper Central – Chapecó SC (COOPER SÃO DOMINGOS, 2014).

Sobre os associados na Cooper São Domingos – SC, no ano de 2015 a cooperativa conta com 157 sócios residentes no município, destes, somente 36 estão presentes no projeto PAA 2015.

O quadro 5 aborda valores disponíveis nos projetos PAA em São Domingos-SC, na modalidade Doação Simultânea, desde que a Cooper São Domingos começou a operacionalizar esse programa (anos 2013/ 2014/ 2015).

Quadro 5: Projeto PAA modalidade Doação Simultânea pela Cooper SD

<b>Ano</b>	<b>Agricultores beneficiários (participantes)</b>	<b>Modalidade PAA</b>	<b>Valor Total R\$</b>
<b>2013</b>	92	Doação Simultânea	R\$ 525.000,00
<b>2014</b>	116	Doação Simultânea	R\$ 754.000,00
<b>2015</b>	49	Doação Simultânea	R\$ 405.000,00

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

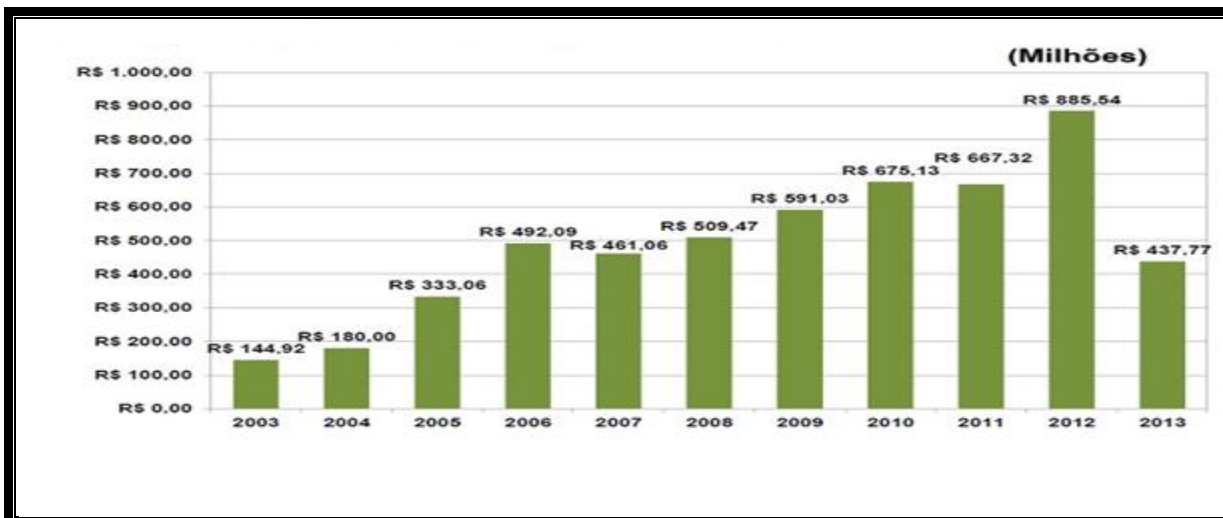
Em outubro de 2014, ocorreu uma paralisação no repasse de recursos ao PAA no município, ocorrido devido o surgimento de denúncias ao Ministério Público. Em 2015 o PAA já voltou a funcionar em alguns municípios vizinhos, como é o caso de Chapecó – SC. No entanto em São Domingos – SC, ainda continua suspenso.

Analisando o quadro 5, é possível observar uma grande participação dos agricultores fornecedores de produtos no PAA até o ano de 2014. Com a ocorrência da paralisação dos recursos, a quantidade dos agricultores participantes diminuiu e, com os recursos disponibilizados também é expresso um declínio.

O gráfico 7 representa um fato similar com os recursos aplicados no PAA brasileiro, demonstrando um aumento gradual dos recursos aplicado no PAA até o ano de 2012, e um declínio no ano 2013, respectivamente após o surgimento de problemas operacionais no programa, em praticamente todo território brasileiro, como a suspeita de desvio de dinheiro nos projetos.



Gráfico 7: Evolução dos recursos aplicados no PAA

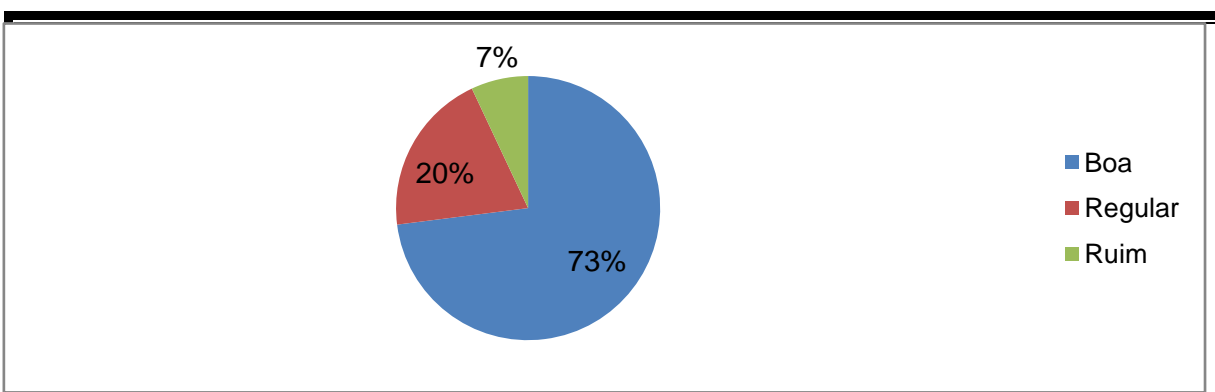


Fonte: Conab, 2014. Divulgação MDA.

#### 4.3.2 Dados sobre a Cooper SD em relação ao mercados institucionais

Neste item será abordado dados sobre a Cooper São Domingos, a forma organizacional da cooperativa, e a relação na operacionalização do PAA e PNAE. O gráfico 8 demonstra um trabalho eficiente sobre a prestação de contas do PAA feita pela cooperativa.

Gráfico 8: Como era a prestação de contas no PAA pela Cooper São Domingos?



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Quando perguntados como consideram a forma que a Cooper São Domingos elabora a prestação de contas do PAA, 73% consideram boa, 20% regular e, 7% consideram ruim. Ademais, 86% dos entrevistados consideram ótimo, o

comprometimento e atendimento dos funcionários que desempenham esses programas e, 13% consideram regular. Da mesma forma, os *experts* mencionam que a Cooper São Domingos efetua com transparência e competência, a operacionalização e prestação de contas do PAA.

Em relação à gestão administrativa e operacionalização do PAA, 100% dos entrevistados julgam primordial a participação da Cooper São Domingos neste processo. Os entrevistados relatam que a cooperativa é responsável em organizar os agricultores e os consumidores, na elaboração do projeto para a Conab, realização das notas de produtores e, entram em contato com antecedência para organizar o dia da entrega dos produtos, enfim, desenvolvendo de forma eficaz a parte burocrática do programa.

Contudo, como a Cooper São Domingos é relativamente nova, foram levantados alguns problemas na organização dos agricultores e na inserção nos programas em questão, como o local onde a cooperativa está instalada, pois possui pouco espaço para exposição de produtos, a falta de reuniões nas comunidades do interior visando melhorar a organização dos agricultores, a falta de assistência técnica para o planejamento das propriedades.

#### 4.4 ANÁLISE DAS RENDAS ANUAIS GERADAS AOS JOVENS BENEFICIÁRIOS FORNECEDORES DO PAA E PNAE.

Nesta seção será abordado aspectos sobre a renda dos agricultores fornecedores dos alimentos no PAA, e também no PNAE, e a evolução dos preços de alguns alimentos produzidos pelos entrevistados.

Conforme o quadro 6, é notório que o preço pago pelos produtos no PAA, passa por variações de ano a ano, entretanto, não de forma muito significativa. Este fato ocorre de acordo com a pesquisa realizada na elaboração do projeto e, alterações realizadas pela Conab em cada ano.

Sobretudo, vale ressaltar que os mercados institucionais são alternativas econômicas viáveis, em relação aos mercados convencionais, com a compra garantida, preço fixo e sem a presença dos atravessadores no processo. Logo, nos mercados institucionais os preços são respectivamente melhores e mais justos,

devendo respeitar os preços praticados nos mercados regionais, o que permite certa igualdade de condições concorrenciais.

Quadro 6: Valores dos produtos operacionalizados pela Cooperativa no PAA

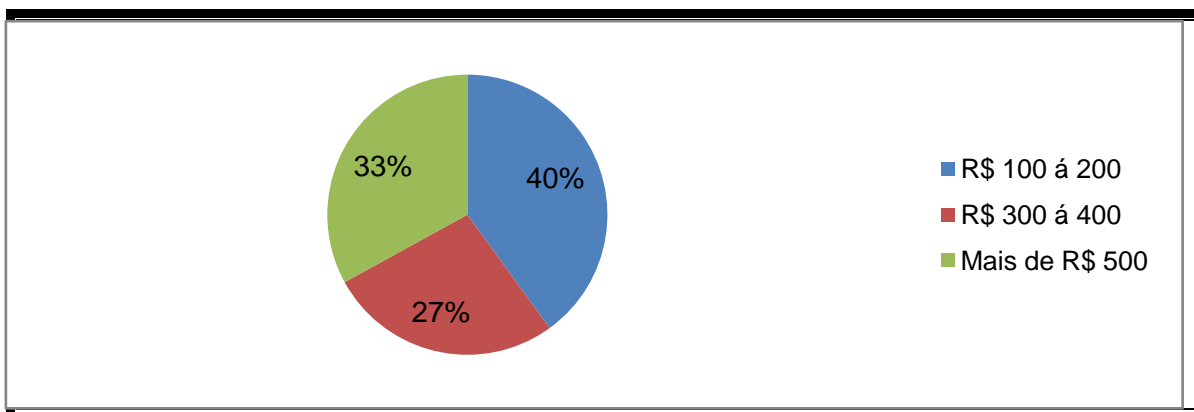
<b>ALIMENTOS</b>	<b>Unidade</b>	<b>Preço</b>		
		<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>Alface</b>	pé	3,09	R\$ 1,50	1,25
<b>Batata doce</b>	Kg	1,27	R\$ 1,35	2,60
<b>Carne Bovina</b>	Kg	6,37	R\$ 8,70	12,99
<b>Cuca Caseira</b>	Kg	9,50	R\$ 7,20	8,50
<b>Feijão Preto</b>	Kg	2,64	R\$ 3,55	3,65
<b>Laranja</b>	Kg	0,74	R\$ 1,05	2,35
<b>Mandioca</b>	Kg	1,04	R\$ 1,25	2,30
<b>Milho verde</b>	Kg	2,15	R\$ 0,95	2,00
<b>Pão</b>	Kg	5,50	R\$ 7,35	6,99
<b>Tempero Verde</b>	maço	2,73	R\$ 1,05	1,50

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Todavia, é abordado pelos entrevistados que alguns preços ainda necessitam melhorar, assim 13% citaram bolo de fubá e pão, 7% carne bovina, 20% cenoura e beterraba, 13% cebola, 7% feijão, 20% amendoim e, 20% tomate e couve flor. Estes produtos possuem maior dificuldade na produção, mais suscetíveis aos problemas fitossanitários, com ciclo longo e, conseqüentemente maiores custos de produção.

Conforme o gráfico 9, as rendas mensais aproximadas, geradas em 2014, pela venda de produtos no PAA e PNAE nas propriedades analisadas, são relativamente baixas.

Gráfico 9: Rendas mensais geradas pelos mercados institucionais



Fonte: elaborado pela autora, 2015.

A paralisação do PAA no final de 2014 pode ser um dos principais obstáculos enfrentado no município, pois o mercado fica muito restrito, conseqüentemente menor demanda dos produtos da agricultura. Em conseqüência, houve uma diminuição da renda aos agricultores fornecedores dos alimentos, pois em 2015 somente o PNAE está sendo operacionalizado.

Conforme análise realizada, quando o PAA funcionava normalmente até 2014, a renda de todas as famílias era relativamente maior, em muitos casos o dobro ou superior ao dobro desta mencionada. Tanto que no regramento do programa o teto pode chegar a R\$ 8.000,00 anual por DAP/anual.

Neste sentido, 100% dos *experts* citam não ser viável a permanência dos jovens no campo, somente com as rendas geradas pelos mercados institucionais, logo, atuam na complementação da renda familiar, “renda extra” nas propriedades.

#### 4.5 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DOS MERCADOS INSTITUCIONAIS, NO ÂMBITO DESTE MUNICÍPIO

Abordando a operacionalização dos mercados institucionais, analisamos as principais potencialidades e dificuldades dos mercados institucionais no município São Domingos – SC, estes foram destacado pelos entrevistados desde a elaboração até a entrega final dos produtos aos consumidores.

#### 4.5.1 Dificuldades dos mercados institucionais no município

Conforme análise realizada no município, é abordado pelos *experts* os fatores limitantes nos mercados institucionais, sendo: i) burocracia que os órgãos executores do programa enfrentam, com enorme documentação exigida; ii) demora na liberação dos recursos após a prestação de contas feitas à Conab, este fato de certo modo desmotiva os agricultores; e iii) preços no PAA são desvalorizados em relação ao PNAE; vi) falta de mão de obra no campo, sendo que muitas propriedades se deparam com idade avançada e sem sucessão familiar; v) falta de assistência técnica para induzir o planejamento da produção dessas propriedades; vi) necessidade de melhorar a articulação das demandas dos produtos; vii) retorno do PAA no município.

Quadro 7: Dificuldades do PAA e PNAE relatadas pelos *experts*.

<b>Na elaboração do projeto</b>	Organização dos produtos; Compromisso dos agricultores na entrega dos produtos sob condição exigida; Falta de assistência técnica; Falta de cursos de capacitação; Falta de pequenas agroindústrias regionais.
<b>No fornecimento de produtos</b>	Custo de deslocamento dos produtos (logística); Dificuldade de produzir alguns alimentos; Sazonalidade dos produtos;
<b>Na qualidade dos alimentos</b>	Falhas na padronização (tamanho); Falta de máquinas adequadas para o sistema pós-colheita, Falta de acondicionamento adequado dos alimentos, para maior durabilidade.

Fonte: elaborado pela autora, 2015.

Logo, em relação às dificuldades relatadas pelos jovens entrevistados enfrentam desde a produção até o fornecimento de produtos no PAA, são: i) irregularidade na produção: ocorre principalmente pela falta de uma assistência técnica para um planejamento produtivo dessas áreas; ii) dificuldade na logística e transporte com os produtos: em razoável distância de algumas propriedades até a cidade; iii) falta de infraestrutura: principalmente por parte da Cooper São Domingos, por não possuir um local adequado para condicionar os produtos; iv) burocracia do programa: principalmente pela paralisação do PAA; v) dificuldade no

acompanhamento das entregas dos produtos; vi) prazo de pagamentos: em alguns casos é demorado, conforme narrativa de um entrevistado: “O dinheiro é certo que vem, mais não podemos contar com ele mensalmente, por essa demora de até 60 ou 90 dias em alguns casos”; vii) falta de fornecedores da matéria prima: especialmente quem trabalha com panificados, para obter produtos com um menor custo na produção.

#### **4.5.2 Assistência técnica para os mercados institucionais**

Como já mencionado no decorrer do trabalho, há uma carência entre os agricultores por serviços de assistência técnica e extensão rural públicos na região oeste, podendo ser um dos fatores que contribuem na pouca disponibilidade de produtos aos mercados institucionais, uma vez que muitos agricultores (as) desconhecem esses programas, pois a informação não chega até eles.

A assistência técnica é vista de extrema importância para todos os entrevistados, principalmente no planejamento das produções, proposta de minimizar o problema da oferta e demanda de produtos, viabilidade de alguns produtos, incentivo para análise de gestão das unidades produtivas, melhoria na qualidade dos alimentos, orientações para melhorar o manejo do solo, controle de doenças, sanidade, novas formas de comercialização, formas e escalonar as produções produtos com menor custo, conseqüentemente, maior lucratividade aos agricultores no campo. Este fato nos leva a entender que, a assistência técnica é um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento rural sustentável.

Deste modo, foi questionado às organizações envolvidas com estes programas no município sobre a assistência técnica: i) o coordenador do SINTRAF relata que não é função do mesmo, por ser uma organização sindical (atuando na defesa dos interesses da categoria dos agricultores familiares); ii) a Cooper São Domingos, aponta que não possui um profissional pelo alto custo, o presidente relatou ter uma boa relação com o Agrônomo do projeto “Produção de leite à base de pasto”- vinculado ao MDA, que disponibiliza um técnico no município; iii) a prefeitura municipal relata que no começo do projeto PAA/PNAE em 2009, possuía

técnicos para assistência técnica nestas áreas, no entanto, em 2015 não possui nenhuma pessoa qualificada para dar suporte.

#### **4.5.3 Potencialidades e expectativas em relação aos mercados institucionais no município**

Sobre os potenciais dos mercados institucionais, é bastante debatido a relação destes no fortalecimento da agricultura familiar. A partir da análise realizada é possível constatar, que o PAA e o PNAE fortalecem as relações sociais, pois há uma forte presença do cooperativismo e associativismo na execução dos programas. Nesta função, enfatizado a importância da Cooper São Domingos, que atua com competência na operacionalização do PAA. Além disso, estes programas tem a preocupação com igualdade de gênero, isso é observado, onde 54% dos associados na Cooper São Domingos são do gênero feminino e, várias delas fazem parte da direção municipal da cooperativa.

Outro fato importante é a comercialização direta dos produtos, essa segurança na comercialização, sem os atravessadores no processo e, com a dispensa de licitação, acarretam em benefícios aos agricultores, sendo maior a margem de lucro para suas produções.

Logo, os mercados institucionais são alternativas econômicas viáveis, em relação aos mercados convencionais, por terem a compra garantida e preço fixo dos produtos. Os preços são respectivamente melhores e mais justos, devendo respeitar os preços praticados nos mercados regionais, o que permite certa igualdade de condições concorrenciais.

Ao adquirir alimento da agricultura familiar e doar às instituições locais, contribui para valorização da cultura local e, produção local da agricultura familiar. A diversificação da produção nas propriedades e a valorização das práticas agroecológicas, estimulam uma alimentação saudável de quem produz e quem consome os produtos.

A agricultura orgânica e agroecológica oferecem várias vantagens ambientais, quando comparadas ao modelo convencional, dado pelo equilíbrio ecológico natural, o uso de sistemas que valorizam a rotação de culturas, consórcio de plantas,

valorização da biodiversidade, um conjunto de técnicas menos agressiva ao meio ambiente e ao ser humano. E sobre as pragas, utilizam-se métodos naturais, plantas fixadoras de nutrientes, rotação de culturas, alelopatia, iscas naturais, controles biológicos de insetos, enfim materiais alternativos (ZOLDAN; MIOR, 2012).

Os produtos agroecológicos são valorizados nos mercados institucionais, pois além de abordar dimensões sociais, éticas, ambientais, políticas e econômicas, relaciona com a sustentabilidade dos sistemas de produção e o resgate à preservação da biodiversidade. Conforme dados obtidos à campo, a produção orgânica no município ocorre em pouca escala. Logo, somente 13% das propriedades entrevistadas possuem certificação orgânica de suas propriedades, com produção de olerícolas, milho e feijão. E isto, se traduz de fato com o acréscimo nesses produtos, com 30% sobre o preço de referência dos produtos convencionais, como exemplo é citado: feijão preto convencional, foi comercializado em 2014 por R\$ 3,55, já o feijão preto orgânico por R\$ 4,60. Este elemento é importante para que sejam estimulados os processos para transição agroecológica das propriedades.

Foi constatado nas entrevistas, que 100% dos jovens entrevistados trabalham com alimentos sem uso de agrotóxicos, esse sistema é adotado por eles, pelo fato: i) ter manejo sustentável, ii) sistema autossuficiente; iii) menor custo dos produtos; iv) preservação do meio ambiente; v), no entanto a idéia principal é a preocupação com a saúde de quem trabalha na propriedade, e quem consome esses alimentos.

Neste sentido, os *experts* corroboram que estes mercados fortalecem a agricultura familiar como um todo, sendo ferramenta para o desenvolvimento rural e sustentável. Desta forma é apresentado por Kageyama (2004), que o desenvolvimento rural procura reconstruir a agricultura, não somente em nível econômico, mas no cenário rural como um todo, buscando o fortalecimento da agricultura familiar, por meio da diversificação nas atividades no campo, das rendas geradas e da agregação de valor nos produtos, assim mantém um equilíbrio entre valores econômicos, sociais, e ambientais. Enfim, “[...] é uma saída para as limitações e falta de perspectivas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe”. (KAGEYAMA, 2004, p. 384).

Quando perguntado aos jovens, se houve mudança na vida após acessar esses mercados institucionais, 100% dos entrevistados relatam que sim, que esta



renda extra, já possibilitou diversificarem e melhorarem suas produções, investimentos na propriedade, aquisição de computadores e internet e, melhorar a alimentação da família.

Na análise realizada, os *experts* abordam ser importante à inclusão da juventude nesses mercados institucionais, destacando que a renda extra gerada por eles, pode oferecer apoio aos jovens permanecer no campo, ao invés de procurar trabalho assalariado nas cidades. Como possíveis melhorias para inclusão dos jovens no campo relatam: desenvolvimento de novos projetos para juventude da agricultura familiar, possibilidades de cursos de graduação em cidades pequenas (para não precisar sair do campo para estudar) e, melhorar o desenvolvimento das escolas públicas no processo de valorizar o rural, com disciplinas que respeitam a cultura local, com envolvimento das organizações sociais e comunidade local.

Com base nas expectativas na produção de alimentos na agricultura familiar, os jovens entrevistados demonstram uma pretensão de permanecer no campo, propõem melhorias na produção em seus estabelecimentos, desde o preparo até a comercialização dos produtos. Com a análise das entrevistas, verificou-se que duas jovens pretendem sair da propriedade para estudar, mas com intuito de voltar ao campo, e dois jovens sentem certo desânimo, pois não conseguiram escoar toda a sua produção.

Desta forma, com o retorno do PAA, aumentaria a quantidade de produtos da agricultura familiar, pois seria maior o número de entidades beneficiadas por estes produtos, desta maneira, melhoraria a renda e poderia servir de estímulo ao ingresso de mais jovens à acessar estes programas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modernização do campo trouxe mudanças no modo de produzir e, nas relações sociais e econômicas no campo, com a introdução destas tecnologias simplificou os sistemas agrícolas, no entanto, trouxe serias transformações, gerando problemas de ordem econômicos, ambientais, de saúde humana e sociais. Esta agricultura se distanciou cada vez mais da lógica da natureza, passando a trabalhar na lógica, da indústria, de lucro fácil, gerando preocupações ambientais.

Em virtude disto, o governo federal em 2003, implantou as políticas do PAA e PNAE, para que pudesse atender os agricultores familiares, as pessoas em situação de insegurança alimentar/nutricional e, os menos integrados no mercado, estes programas atendes os aspectos produtivos, e estão dentro de um debate global, que é a questão da segurança alimentar.

Foi averiguado que no município de São Domingos – SC, mesmo a população rural sendo a minoria, a agricultura exerce importante papel para a economia do município como um todo, e que os mercados institucionais, com apoio das organizações coletivas, sociais e do poder público, tem fundamental importância para a execução destes programas.

É possível concluir que no município estudado, o PAA e PNAE são alternativas para incrementar a renda no campo, são atividades que possui pouca aquisição de tecnologias, logo a comercialização dos produtos nos mercados institucionais ainda é considerada atividade secundária.

Conforme análise realizada, o PNAE vem sendo executado pela Cooper São Domingos e prefeitura municipal com eficácia no município. Disponibilizando cerca de 30 itens de alimentos oriundos da agricultura familiar, para alimentação escolar. O fornecimento de legumes, verduras frescas, estimulam os hábitos alimentares saudáveis nas crianças nas escolas e, melhora o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. O cardápio nas escolas é realizado pela nutricionista da prefeitura municipal juntamente com a Cooper São Domingos, os mesmos analisam a oferta dos produtos no município e a demanda destes nas escolas.

No entanto, o programa PAA está deixando a desejar, pois a paralisação dos recursos no final do ano 2014 afetou diretamente todos os atores envolvidos e, não está garantindo aos agricultores o acesso a este mercado institucional. Neste

aspecto é feito uma análise negativa no PAA, mesmo sendo melhor que os mercados convencionais, ainda não favorecem totalmente os agricultores. Necessitando avanço principalmente na formação dos preços dos produtos, como uma análise efetiva dos produtos locais e regionais conforme cada região.

Com relação às rendas anuais geradas aos jovens agricultores pelos mercados institucionais, é possível concluir que elas ainda são parcialmente baixas, apresentam a função de renda extra nas propriedades. Ainda, é notório pouca participação da juventude do campo nestes programas, sendo assim, o PAA e outros mercados institucionais, ainda não viabilizam a juventude do campo no município de São Domingos – SC, somente com estas rendas. A análise realizada demonstrou que algumas famílias procuram outros canais para escoar as produções, como é o caso das feiras e vendas diretas aos consumidores. Outro fato importante é o processo de hierarquia nas propriedades, é necessário mais incentivo aos jovens do campo, por parte dos pais e das organizações envolvidas, na continuidade das atividades produtivas da agricultura familiar.

Em relação a Cooper São Domingos, ela possui um papel relevante na operacionalização do programa, desempenhando o PAA e PNAE, articulando os agricultores e a venda dos produtos desde 2013. Por isso, é fundamental a atuação e o fortalecimento das organizações locais, entidades representativas dos agricultores e o poder público, na efetivação destas políticas públicas, para abranger número maior de agricultores e inclusão dos jovens.

Com relação às potencialidades, o estudo reforça a ideia, que a cooperação dos agricultores é importante para fortalecer as relações sociais, pois atuam por um interesse comum, que é o fortalecimento da agricultura familiar, na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Outro ponto positivo é que os agricultores tem a garantia da venda dos produtos, ampliando os canais de comercialização.

Outro fator importante ressaltado são as dificuldades apontadas na produção dos alimentos, principalmente pela sazonalidade dos produtos e, pela deficiência da assistência técnica para estas famílias, para planejamento da produção, a logística dos produtos, a burocracia dos órgãos executores, a demora dos pagamentos, e a principal é a paralisação dos recursos no PAA no final de 2014, diminuindo a demanda de produtos pelas entidades.

Do ponto de vista da qualidade dos alimentos destinados aos mercados institucionais, os quesitos mais observados é o menor uso de agrotóxicos na produção e a boa higienização dos produtos que são entregues as entidades beneficiadas. Também destaca-se a valorização da produção orgânica e agroecológica, com 30% a mais que os produtos convencionais, sendo um incentivo para a transição agroecológica. A produção agroecológica, beneficia o meio ambiente, a saúde dos agricultores e dos consumidores

Por fim, conclui-se que estes mercados são responsáveis pela geração de renda de muitas famílias no campo. Logo, o alimento em quantidade e qualidade é um direito básico para toda população, e muito mais do que produzir comida, é necessário produzir alimento.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. et al. **Juventude e Agricultura familiar**: Desafios dos novos padrões sucessórios. Unesco, Brasília , 1998.

BADALOTTI, R. M; RENK, A; FILIPPIM, E. S; BERTONCELLO, A; ROSSY, A. M; AMARAL, E; DALLAZEN, R. **Reprodução social da agricultura familiar e juventude rural no Oeste Catarinense**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <[http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Rosana\\_Badalotti\\_et\\_alli.pdf](http://www.emdialogo.uff.br/sites/default/files/Rosana_Badalotti_et_alli.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2014.

BATISTA, A. D. **Sujeito Social na Agricultura Familiar e a Busca Pelo Seu Espaço**. UNOPAR Cient., Londrina, p.15-23, 2012. Disponível em:<<http://revistas.unopar.br/index.php/humanas/article/viewFile/712/663>>. Acesso em: 20 out 2014.

BRASIL, DEBATE. **O avanço das políticas públicas para a agricultura familiar**. Divulgação MDA, 2014. Disponível em: <<http://brasildebate.com.br/o-avanco-das-politicas-publicas-para-a-agricultura-familiar/>>. Acesso em: 13 set. 2015.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos**. ([2015?]). Disponível em: <<http://mds.gov.br/acesso-a-informacao/perguntas-frequentes/seguranca-alimentar-e-nutricional/aquisicao-de-alimentos-da-agricultura-familiar>>. Acesso em 11 set 2014.

BRASIL. Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Cartilha Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar**. Brasília: MDS, 2012.

BRUMER, Anita. A problemática dos Jovens Rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Org.). **Juventude Rural em Perspectivas**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2007. p. 34-52. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xfwoyC1qTN8C&pg=PA7&lpg=PA7&dq=anita+a+brumer.+a+problem%C3%A1tica+dos+jovens+rurais+na+p%C3%B3smodernidade>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

CASTRO, G. E. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad Editora Ltda., 2009.

CASTRO, G. E. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Colômbia, v.7, p. 179-208, 2009. Disponível em: <<http://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/Revista-Latinoamericana/article/viewArticle/223>>. Acesso em 20 out. 2014.

CESAR, C, V, R, M, A. **Método do Estudo de Caso (Case Studies) ou Método do Caso (Teaching Cases)? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa**

em **Administração**. 2006. Disponível em:

<[http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul\\_dez\\_05/06.pdf](http://www.mackenzie.br/fileadmin/Graduacao/CCSA/remac/jul_dez_05/06.pdf)>. Acesso em 30 mar. 2015

CHIMELLO, R. **Fatores determinantes da produção para autoconsumo na agricultura familiar**. Joaçaba, UNOESC & CIÊNCIA, p. 163-174. 2010. Disponível em: <[http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acet/article/viewFile/58/pdf\\_75](http://editora.unoesc.edu.br/index.php/acet/article/viewFile/58/pdf_75)>. Acesso em 21 out. 2014

CONAB. **Companhia Nacional de Abastecimento**: Agricultura e Abastecimento em boa companhia. ([2015?]). Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>>. Acesso em 10 set. 2014.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **Pesquisas: exploratória, descritiva e explicativa**. 2015. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.com/regras-ABNT/pesquisas-exploratoria-descritiva-explicativa.htm>>. Acesso em: 05 set. 2014.

FAO – Food and Agriculture Organization (Brasil). Organização das Nações Unidas. **A agricultura familiar é a chave para a segurança alimentar da América Latina e Caribe**. 2009. Disponível em: <<https://www.fao.org.br/afcpsaALC.asp>> Acesso em: 12 set 2014.

FNDE – **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**, 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/sala-de-imprensa/noticias/item/5081-munic%C3%ADpios-recebem-pr%C3%AAmio-por-boas-pr%C3%A1ticas-na-gest%C3%A3o-da-merenda-escolar>>. <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>>. Acesso em 10 abr. 2015.

GOMES, A.A. **Estudo de caso - planejamento e métodos**, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/187/257>>>. Acesso em 08 ago. 2014.

GUIMARÃES, A, L; SCHMITT, J, C. **O mercado institucional como instrumento para o fortalecimento da agricultura familiar de base ecológica**. Agriculturas. p. 7-13, 2008. Disponível em: <[http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at\\_download/article\\_pdf](http://www.agriculturesnetwork.org/magazines/brazil/equidade-e-soberania-nos-mercados/o-mercado-institucional-como-instrumento-para-o/at_download/article_pdf)>>. Acesso em 02 abril 2015

HESPANHOL, M. Ap. R. **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o programa de aquisição de alimentos (PAA)**. Universidad de Barcelona. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm>>. Acesso em 10 ago. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Santa Catarina – São Domingos**. 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421610&search=sa>>

nta-catarina|sao-domingos|infograficos:-informacoes-completas >. Acesso em 20 out. 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=421610&search=santa-catarina|sao-domingos|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em 20 out. 2014

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Censo Agropecuário: e a Agricultura Familiar no Brasil**. Brasília- DF: 2009. Disponível em:<<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuario.pdf>>. Acesso em 20 out. 2015.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: conceito e medida**. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. p. 379-408, 2004. Disponível em: <<file:///C:/Users/OEM/Downloads/8702-28948-1-PB.pdf>> . Acesso em 10 out 2015.

LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006. **Presidência da República - Casa Civil**. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm)>. Acesso em 20 out 2014.

MAFFEZOLLI, F, E; BOEHS, E, C. **Uma reflexão sobre o estudo de caso como método de pesquisa**. Revista FAE, Curitiba, p.95-110, 2008. Disponível em: <[http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista\\_da\\_fae/fae\\_v11\\_n1/09\\_Eliane\\_Carlos.pdf](http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v11_n1/09_Eliane_Carlos.pdf)>. Acesso em 12 out 2014.

MALUF, Renato S. **Políticas agrícolas e de desenvolvimento rural e a segurança alimentar**. In: LEITE, Sergio (org.). Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2001, p.147- 169.

MEDEIROS, Rosangela Ap. de **Mudança de concepção das políticas públicas para o campo brasileiro: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. 2008. 1 v. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Sociais, Universidad de Barcelona, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/221.htm>>. Acesso em: 30 maio 2014

SÃO DOMINGOS SC. **[Site Prefeitura Municipal de São Domingos SC]**. 2015: Disponível em:<<http://www.saodomingos.sc.gov.br/>>. Acesso em: 10 set. 2014.

Proposta de Participação – Doação Simultânea, Projeto SC/2013/02/0183, **Cooperativa de Produção, Comercialização e Consumo dos Agricultores Familiares de São Domingos e Região**, CONAB, 2014.

DEVES, D,O. RAMBO, G, A. **Mercados institucionais e a comercialização de produtos na agricultura familiar: O Programa de Aquisição de Alimentos no município de São Pedro do Butiá –RS- Brasil**. Revista de Desenvolvimento Regional,

Santa Cruz do Sul, v. 18, p. 147-166, 2013. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/1622/2505>>. Acesso em 01 jun 2014.

SILVA et al. AGRICULTURA FAMILIAR E MERCADOS INSTITUCIONAIS: uma análise acerca da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar no município de Unaí, MG. **Revista: SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Goiânia, p. 2-3, jul. 2014. Disponível em: <<http://www.inesc.br/engenharia/wp-content/uploads/2014/08/AGRICULTURA.....>>. Acesso em 02 abr. 2015.

SILVA, S, R; SILVA, R, V. **Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios**. Cad. CRH vol.24 n.63, Salvador, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000300013)>. Acesso 05 nov. 2014.

SOUSA, G; FONSECA, E; BATISTA, M. **POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO HOMEM DO CAMPO – O PRONAF EM BANANEIRAS – PB.**[(2015)]. Disponível em: <[http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/polaticas\\_publicas\\_voltadas\\_ao\\_homem\\_do\\_campo\\_a\\_o\\_pronaf\\_em\\_bananeiras\\_\\_pb\\_1343915517.pdf](http://portal.virtual.ufpb.br/biblioteca-virtual/files/polaticas_publicas_voltadas_ao_homem_do_campo_a_o_pronaf_em_bananeiras__pb_1343915517.pdf)>. Acesso em 08 ago. 2014.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. 2001. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/378.pdf> .Acesso em 10 ago. 2015.

STROPASOLAS, V. L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TEIXEIRA. Elenaldo Celso. **O papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a\\_pdf/03\\_aatr\\_pp\\_papel.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf)>. Acesso em 10 agosto 2014.

WANDERLEY, M. N. B. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Ed. da UFPR, 29-37. 2000. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/made/article/view/22105/14471>>. Acesso em 01 jun 2014.

YIN, Roberto K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2ª Ed. Porto Alegre. Editora: Bookmam. 2001.

ZAGO;BORDIGNON. Juventude rural no contexto da agricultura familiar.**Seminário de Pesquisa em educação na região sul**, Uchoapecó, 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1096/707>>. Acesso em 20 out 2014.



ZOLDAN, C, P; MIOR, C, L. **Produção orgânica na agricultura familiar de Santa Catarina**. Epagri, Florianópolis SC, 2012.